Unidade III - Cláudia Wasserman (org).
América Latina: Cinco Séculos
pág: 118 a 176

Capítulo 4

A crise do sistema colonial e o processo de independência

CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI

O historiador Pierre Chaunu afirma num de seus artigos que a Independência, apesar do curto lapso de tempo em que se processou, é o tema predileto da historiografia hispano-americana, compondo aproximadamente 35% dos títulos, o que só é comparável ao caso da Revolução Francesa em relação à historiografia da França (Chaunu, 1973, p.11). Salienta ainda que, apesar de tão copiosa, esta historiografia padece de maneira geral de uma série de mitificações, tanto no que se refere à reação aos abusos coloniais quanto em relação às influências recebidas ou mesmo aos chamados movimentos precursores; como resultado disso,

> crea la ilusión de una liberación conseguida, mientras que la independencia política le cuesta internamente el refuerzo de las estructuras sociales de dominación y externamente el refuerzo de los lazos de dependencia económica (Chaunu, 1973, p.12).

Certamente a maior simplificação que se faz em relação à Independência diz respeito àquela liberação política que foi referida por Chaunu, na medida em que enfatiza a presença de um único antagonismo, o dos "colonos" contra os "metropolitanos", ou dos "americanos" contra os "espanhóis". Há aqui um visível processo de naturalização da história americana: foi conquistado um território "virgem", cuja "fecundação" se deu pelo transplante e fixação de uma população trazida das Espanhas, "amadurecida" ao longo do período colonial e assumindo no século XIX as condições necessárias para a "emancipação" dos genitores eventualmente tirânicos.

Em conseqüência, a primeira reflexão a ser feita diz respeito aos atores sociais do processo de independência: não havia apenas "americanos" e

"espanhóis" estremando um único antagonismo, mas múltiplos grupos sociais com interesses diversificados, cujas demandas foram canalizadas nos vários momentos do movimento independentista, fazendo aflorar um também grande número de antagonismos. Havia com certeza "espanhóis", mas eles eram autoridades coloniais, comerciantes beneficiados pelo monopólio, representantes do clero secular e de distintas ordens religiosas, comandantes militares, peninsulares empobrecidos; às vezes a própria região de origem podia motivar atritos tão importantes a ponto de impedir uma sólida união de interesses metropolitanos comuns.

Por outro lado, os "americanos" formavam um leque mais amplo, com elevado grau de contradição interna. Além dos socialmente bem-situados do mundo colonial, os *criollos*, que eram, ao menos presumivelmente, de descendência européia pura e controlavam as atividades de produção mercantil, é necessário nos darmos conta da grande maioria da população dominada; havia massas de indígenas subjugados às mais variadas formas de trabalho compulsório, negros cativos escravizados, índios e negros marginalizados dos processos produtivos - *forasteros* e *cimarrones* respectivamente -, além de libertos mestiços e mulatos que buscavam posições intermediárias numa sociedade rigidamente estratificada. Assim, mais do que o antagonismo com os peninsulares, esses grupos muitas vezes manifestavam seus ódios contra os *criollos*, os dominadores mais diretos, aqueles cuja presença no cotidiano era muito mais visível que a opressão metropolitana.

Desta forma, a luta pela Independência assumiria quase sempre uma dupla dimensão: a classe dominante colonial, constituída pelos *criollos*, necessitava para lutar contra as forças da metrópole da incorporação das "classes perigosas"; estas, por outro lado, aproveitaram o espaço aberto pela mobilização para levantar suas reivindicações específicas contra as formas de dominação historicamente construídas na América colonial. Todos os fatores que são elencados para a explicação da Independência estão marcados por este duplo caráter: os movimentos precursores foram em grande parte mal-sucedidos pelo temor dos *criollos* em relação às demandas populares; as influências externas - da *Ilustração à Revolução Francesa* - tiveram releituras muito peculiares para que se mantivessem as estruturas herdadas do Antigo Regime; os abusos da metrópole repercutiam de maneira diferente em relação aos variados grupos sociais que compunham a sociedade colonial. Os *criollos* que dirigiam as lutas independentistas tiveram sempre que defrontar a ameaça de profundas mudanças nas bases da sociedade da qual pretendiam mudar apenas a fachada jurídico-política.

Assim, ao longo deste ensaio, a questão do significado da Independência para a "gente decente" e para as "classes perigosas" será sempre uma referência, seja para os pródomos do movimento, passando pelo processo de lutas, até as formas como se concretizaram as independências na América Latina.

A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

O alvorecer do século XVIII mostra uma Espanha que se debate no enfrentamento de duas graves crises, uma de natureza econômica e outra política. A crise econômica resultara da própria forma de exploração colonial que a Espanha havia desenvolvido: a convicção de que a riqueza nacional media-se pelo entesouramento de metais preciosos ensejou aquela forma de mercantilismo conhecida por "metalismo" ou "bulhonismo". Aparentemente mais afortunada que seus concorrentes, a Espanha fundamentou a exploração colonial nas fabulosas jazidas de prata descobertas no México e no Alto Peru, podendo incorporar diretamente o *bullón* ao tesouro nacional, justamente numa época em que se esgotavam os filões argentíferos da Europa Central. A prata, que as colônias garantiam em quantidades inimagináveis, desestimulou o crescimento da incipiente manufatura espanhola e provocou um aumento nos preços dos artigos primários; como bem observou Pierre Vilar, o baixo custo do metal - devido basicamente à utilização de formas compulsórias de trabalho na mineração americana - foi gerador de um incontrolável processo inflacionário que condicionou uma situação de dependência do abastecimento externo e uma fuga dos capitais da Espanha (Villar, 1981, p.191-9). Somou-se a isso um processo de "refeudalização", caracterizado pelo investimento em propriedades senhoriais pelos empresários enriquecidos na exploração colonial, fator que agravaria ainda mais o estancamento da agricultura.

Já a crise política foi desencadeada pela morte do rei Carlos II, decretando o fim da dinastia dos Habsburgos. A complicada questão sobre os direitos de sucessão ao trono espanhol resultou num longo período de guerras na Europa. Para que, finalmente houvesse um reconhecimento formal a um representante dos Bourbon, a mesma dinastia que reinava na França, a Inglaterra foi compensada com diversas vantagens no Tratado de Utrecht, de 1713. Desta forma a Inglaterra recebeu alguns enclaves espanhóis, como Nápoles, e o estratégico rochedo de Gibraltar, que guardava a entrada do Mediterrâneo; mais importantes foram ainda os favorecimentos coloniais aos ingleses, que adquiriram o direito aos

asientos (fornecimento de escravos) e *permisos* (colocação de produtos manufaturados) nas colônias americanas da Espanha.

Houve, assim, uma dupla subordinação da Espanha às principais potências européias ao iniciar-se o século XIX: uma de natureza política em relação à França, que até o rebentar da Revolução Francesa se constituiria no principal aliado dos espanhóis contra as pretensões dos ingleses, aliados de Portugal; outra de natureza econômica, justamente em relação à Inglaterra, que cada vez mais iria interferir naquilo que até então fora o "exclusivismo comercial" da Espanha. As medidas adotadas até então se limitaram ao "exclusivismo comercial" da Espanha. As medidas adotadas ao longo do século, incluindo o conjunto de reformas conhecidas como "burbônicas", objetivaram a recuperação desses reveses. Tais reformas, essencialmente conservadoras, não implicariam em alterações na estrutura socioeconômica do Império espanhol.

Nessa busca de recuperação há três pontos fundamentais: uma reversão nas concessões comerciais feitas à Inglaterra; fomento da agricultura e da manufatura metropolitanas, desde muitos anos em franca decadência; e o restabelecimento do controle aduaneiro dos portos andaluzes. Em síntese, buscava-se uma produção interna dos artigos importados, tanto de manufaturados como de bens primários, uma reativação do "exclusivismo comercial" que vinha sendo solapado e uma integração das regiões periféricas da Espanha à região central, pela abolição das feudais aduanas internas que ainda persistiam.

Justamente esta nova postura, na qual entravam em pauta uma maximização do pacto colonial, coincidia com a fase final do processo de acumulação primitiva, com a Inglaterra tomando a dianteira na afirmação da Revolução Industrial. As repercussões das "reformas burbônicas", na medida em que significavam uma retomada das prerrogativas coloniais por parte da Espanha, seriam decisivas para o desencadeamento da crise final do sistema colonial. O setor "criollo", que pudera experimentar as vantagens oferecidas pelo comércio com os ingleses, tornava-se cada vez mais consciente de que o benefício do livre-cambismo em relação à metrópole se tornaria insolúvel e encaminharia para a situação de ruptura do sistema.

Mesmo tendo a Espanha dinamizado mais a relação comercial entre metrópole e colônias com a abertura de diversos portos para o comércio direto, quebrando a exclusividade dos comerciantes de Cádiz, não tinha a possibilidade de suprir com a mesma eficiência da Inglaterra a demanda de bens manufaturados que havia nas colônias. Na prática, apesar de ter sido alcançado um relativo aumento nas rendas coloniais, persistia o contrabando com os ingleses ou mesmo um tímido comércio inter-regional.

Outra importante conseqüência das reformas foi uma mudança na pauta de exportação dos produtos coloniais. As colônias deixaram de ser apenas fornecedoras de metais preciosos - o que se refletiu no desdobramento dos dois vice-reinados originais, justamente representando a centralidade que tinha a mineração de prata -, passando à produção regionalizada de artigos tropicais de alto preço no mercado europeu. Cresceram em importância no rol de artigos exportáveis o açúcar e o fumo cubanos, o cacau produzido nas regiões costeiras da Venezuela e do Equador, os corantes naturais - anil e cochonilha - da América Central. Sobre esta nova situação, afirma Halperín Donghi:

> Por una parte la admisión de que el tesoro metálico no era el solo aporte posible de las colonias a la metrópoli; por otra - en medio de un avance de la economía europea en que España tenia la participación limitada pero real -, el decubrimiento de las possibilidades de las colonias como mercado consumidor. Una y otra inovación debían afectar el delicado equilibrio interregional de las Indias españolas; los nuevos contactos directos entre ésta como rival - y rival exitosa - de las que entre éstas habían surgido como núcleos secundarios del anterior sistema mercantil (Haperín Donghi, 1988, p.22).

Evidentemente a diversificação destas economias regionais, com muito fortes tendências à monocultura, ampliou a possibilidade de lucros para a metrópole; por outro lado, também incrementou as condições para que os produtores mercantis das colônias desenvolvessem o contrabando com os ingleses. É importante salientar, ainda, que houve um reforço na vinculação externa destas colônias, visto que suas atividades econômicas não eram, na grande maioria dos casos, complementares. As classes dominantes, detentoras dos produtos exportáveis, tornavam-se mais isoladas umas em relação às outras, ao mesmo tempo em que acentuavam suas relações locais de poder: os latifúndios voltados para a produção de artigos de exportação tornar-se-iam uma tendência em distintas regiões da América espanhola, e sua eficiência dependia de um adequado controle da mão-de-obra compulsória, fosse ela a servidão dos indígenas ou a escravidão de africanos.

Também, no século XVIII, houve um significativo crescimento de atividades primárias destinadas ao abastecimento das áreas dedicadas às rentáveis economias de exportação. No México setentrional ampliam-se as *haciendas* em função do desenvolvimento da mineração de prata do planalto de Anáhuac, que havia assumido o primeiro posto na produção colonial do metal; os Llanos da Venezuela estavam, de forma análoga, subsidiários dos

latifúndios costeiros voltados aos produtos tropicais; o Chile mantinha uma diversificada produção de alimentos para a região mineradora de Potosí e Oruro no Alto Peru. Muito significativa foi a diversificação econômica ocorrida no vice-reinado do Rio da Prata, uma das subdivisões feitas no antigo vice-reinado do Peru, também tendo como fim o abastecimento da região mineira: além de produtos do setor agro-pastoril, como as mulas de Entre Ríos, bovinos de La Rioja e vinhos e licores de Cuyo, desenvolveram-se importantes artesanatos, como os têxteis de lã de Catamarca e as carretas de Tucumán. Essas atividades econômicas cujo nexo era dado pela existência dos centros exportadores do mundo colonial, e cuja articulação era garantida pelos comerciantes metropolitanos, seriam duramente afetadas pela Independência e, mais tarde, conformariam as mais tenazes resistências à organização dos Estados nacionais.

Ao lado de transformações econômicas, a metrópole espanhola também buscou uma mais eficiente fiscalização com a finalidade de recuperar o seu "exclusivismo comercial". As reformas administrativas resultaram na criação de novos vice-reinados e capitanias, desmembrando o continente em novas unidades. Desde logo, ao mesmo tempo em que se afirmaram novos centros, como foi o caso de Buenos Aires, elevada à categoria de principal via de escoamento da produção colonial pelo Atlântico, antigas capitais perderam a sua importância econômica e o antigo prestígio, como Lima, que foi duramente atingida pela nova articulação do Alto Peru aos caminhos que levavam ao Prata. Há, assim, que considerar, quando for desencadeado o movimento independentista, a existência de elites *criollas* que se encontravam em ascensão enquanto outras já viviam momentos de decadência.

Aumentavam também as corregedorias e audiências, instituições já presentes desde o início da colonização; dadas, porém, as problemáticas relações que os titulares destes cargos tinham em relação à população das colônias - desde a questão dos privilégios nos *repartimentos* até o enriquecimento ilícito às custas da tributação que controlavam -, foi-lhes sobreposta a autoridade das intendências, compostas por funcionários profissionais formados para serviço da Coroa. Se isso garantiu por um lado uma maior arrecadação de tributos para a Espanha, não significou uma melhora no funcionamento da máquina administrativa; a extrema centralização das decisões pela metrópole impedia uma tomada ágil de medidas pelas autoridades coloniais. Apesar do grande número de novas funções criadas, a palavra final recaía, muitas vezes, sobre o restrito núcleo de funcionários que cercava o rei de Espanha, sobre o qual nem mesmo a autoridade dos vice-reis tinha autonomia. Havia ainda uma con-

fusa superposição de prerrogativas entre as diversas autoridades coloniais, com conseqüente dificuldade em definir as atribuições específicas de cada uma; as reformas, que buscavam otimizar o pacto colonial, acabaram resultando num maior emperramento burocrático, dificultando ainda o relacionamento da metrópole com as colônias.

A questão do monopólio dos cargos públicos para os peninsulares é, de maneira geral, tida como um dos mais importantes desacordos dos *criollos* em relação à metrópole. As únicas instituições de que participavam os grupos dominantes latino-americanos eram os cabildos, que existiam nas principais cidades coloniais. Normalmente os cabildos tinham atribuições limitadas aos cuidados com os núcleos urbanos, como medidas disciplinadoras do trânsito dos animais, da ordem pública ou de serviços que fossem do interesse geral; paulatinamente, porém, devido aos entraves que a burocracia da metrópole evidenciava, passaram a tomar para si o encaminhamento de questões relacionadas à organização produtiva - como foi o caso da posse de rebanhos e terras no Prata (Pomer, 1986, p.22), ou mesmo da política - como nas invasões inglesas, já no ocaso do sistema colonial.

Desta forma, haveria uma contradição entre os *criollos*, a classe que detinha o controle da produção nas colônias e seria conseqüentemente a "dominante", e os representantes metropolitanos, que apesar de não participarem da produção eram "dirigentes". A defesa dos interesses da Espanha contraposta aos que defendiam suas possibilidades de acumulação no mundo colonial, mormente após terem experimentado resultados positivos nos contratos comerciais com os ingleses, estaria na base de uma consciência cada vez maior da presença de um "sócio incômodo" (Halperín Donghi, 1982), que não conseguira transformar-se num polo eficiente na oferta de mercadorias e tampouco era capaz de absorver a produção das colônias.

Alguns autores, como é o caso de Pierre Chaunu, discutem esse antagonismo entre *criollos* e peninsulares. Afirma ele que não só a produção estava totalmente nas mãos dos grupos dominantes coloniais como também o tráfico comercial com os portos espanhóis estaria em grande parte controlado por *criollos*, o que configuraria a oposição ao monopólio como uma mitificação:

> [...] la lucha contra el monopolio no lo es tanto de América con España, sino una lucha civil entre diferentes agrupaciones comerciales hispanoamericanas [...] (Chaunu, 1973, p.20)

Seguindo sua linha de raciocínio, observa Chaunu que a tensão entre *criollos* e os *gachupines* ou *godos* tinha um aparecimento relativamente recente na América espanhola e refletia, em grande medida, atritos originários da própria Espanha, ou das Espanhas, melhor dizendo. O que ocorrera fora uma mudança nas correntes migratórias vindas da metrópole, com a substituição de correntes do sul da península - Andaluzia, Estremadura e sul de Castela - por outras da Costa Cantábrica e da Galícia; neste sentido, os *criollos*, de origem fundamentalmente andaluz-estremenha, estariam reproduzindo em terras americanas um antigo antagonismo contra os galegos, a grande maioria dos *chapetones* no final do século XVIII.

Mesmo a questão do monopólio dos cargos administrativos é posta em dúvida neste texto de Chaunu; mesmo considerando que as reformas que propiciaram uma maior eficácia para a arrecadação e que reforçaram as posições dos peninsulares que controlavam a máquina governamental na verdade significavam apenas uma compensação para estes, que estavam fora das atividades produtivas, sem chances portanto de enriquecimento. Diz o autor:

> A decir verdad, el lugar de los peninsulares en la administración no es sino la inevitable compensación de su insignificancia en el aparato económico. Los señores de la mina, de la tierra, del negócio y, paradójicamente, del interior mismo del monopolio son criollos, en virtud de la ley de rendimientos decrecientes. El rush peninsular hacia la administración es la contraparte de esta exclusión en las posiciones claves de la vida económica. (Chaunu, 1973, p.23)

Mesmo sendo pertinentes esses questionamentos, a discussão está ainda distante de seu final. Fosse um antagonismo entre peninsulares e *criollos* ou entre diferentes grupos "hispano-americanos" como propôs Chaunu, não se pode negar que a existência do monopólio beneficiava uns e alijava outros. Isto traz à tona o próprio caráter de "classe dominante" que usualmente é dado àqueles que controlavam a produção mercantil. Em trabalho recente, José Carlos Chiaramonte claramente se posiciona contrariamente a isso, defendendo a hipótese de que os grandes comerciantes, aqueles que eram protegidos pelo monopólio colonial, constituíam a verdadeira "classe dominante", na medida em que subordinavam os que produziam para o mercado. Os comerciantes não só "habilitavam" com créditos e empréstimos a montagem e manutenção das unidades econômicas como, na existência de um mercado interno desenvolvido, eram o único nexo dos produtores com os mercados das capitais ou da metrópole (Chiaramonte, 1991, p.30-1).

Mais do que tudo, a subordinação dos produtores coloniais aos comerciantes monopolistas se devia a um mecanismo que Chiaramonte definiu como intercâmbio não equivalente: à antecipação de artigos metropolitanos a elevados preços, somava-se a impossibilidade dos proprietários de terras ou de minas em estabelecer um valor de mercado para os seus produtos; os comerciantes, desta maneira, fixavam os preços dos bens que vendiam e dos que compravam. Os produtores mercantis, isolados uns em relação aos outros, não apresentavam condições concretas para tentar a imposição de um intercâmbio equivalente, em última análise, para verificar o custo real de suas produções em termos de horas-trabalho necessárias para a realização destas. Segundo o autor, esta situação de desequilíbrio tem como base a presença do monopólio colonial:

> [...] el comerciante funda una parte sustancial de su ganancia en el facto de su posición monopolista, monopolista de hecho, en el mercado de este período (posición monopolista que deriva de su exclusividad en el accesso al mercado, en el conocimiento de las condiciones mercantiles de su localidad y de las localidades lejanas y de otros factores emergentes, muchos de ellos, de su posición en la estructura social) (Chiaramonte, 1991, p.32).

Parece, pois, que a presença da metrópole exercendo o seu mando dentro das colônias garantia privilégios para que grupos muito restritos fossem realmente os dominantes no continente americano; a quebra deste monopólio poderia, portanto, ser um aglutinador para as demandas daquela "gente decente" que não só estava à margem como também tinha uma relação de dependência em face daqueles que se beneficiavam. Desfaz-se, ao menos, a impressão de que os *criollos* estariam meramente em desacordo por uma questão de impostos, eventualmente menos justos, mas que acompanhavam desde os primórdios o cotidiano colonial. Como diz Fernando Mires, "por lo general las contraciciones comenzaban y terminaban en la crítica a la administración colonial" (Mires, 1988, p.71); não seria possível explicar a crise entre *criollos* e metrópole unicamente por razões de economia fiscal. Já a reversão de privilégios que significariam, ao menos de acordo com o que propôs Chiaramonte, assumir a posição de "classe dominante" justificaria plenamente as lutas pela independência.

Já a questão da formação da consciência dos *criollos* envolve outras mediações. Certamente uma das mais complicadas se refere aos tão decantados "movimentos precursores", que na maioria das vezes aparecem como prenúncios do que seria a generalidade dos movimentos independentistas, conservadores e elitizantes; ao contrário, eles foram muito mais indicadores dos perigos que representavam os grupos subalternos quando se desatavam os liames que os subjugavam à hierarquia social das colônias. Com tais lutas, mais aprendeu a classe dominante colonial sobre o que não deveria permitir do que propriamente amadureceu plataformas e estratégias de luta contra a metrópole.

MOVIMENTOS PRECURSORES: AS "CLASSES PERIGOSAS"

Numa realidade onde predominavam as relações pré-capitalistas, configuradas nas diversas formas de servidão indígena e na escravidão africana, foram constantes, durante o período colonial, as manifestações de resistência. No último quartel do século XVIII ocorreram graves conflitos entre as elites coloniais e aquelas classes subordinadas que prestavam serviços compulsórios. Tanto as revoltas de escravos negros na América Central e no Caribe, com a proliferação de diversas comunidades de *cimarrones* que resistiam ao poder dos *criollos* pela luta armada, como as revoltas das populações indígenas, procurando restabelecer os direitos das antigas comunidades, constituiram-se num verdadeiro tormento para os *criollos*. Eventualmente combinados no atendimento de demandas que pareciam comuns contra as autoridades coloniais, precocemente revelava-se o real antagonismo dos grupos subjugados, que era muito mais manifesto contra os detentores da economia colonial.

Os maiores problemas em relação aos indígenas se manifestaram justamente onde estes constituíam a maior parte da população e estavam organizados para o trabalho, o que implicava num certo grau de sobrevivência das antigas comunidades rurais. Nas rebeliões que eventualmente esses indígenas promoveram foram sempre muito marcantes as reivindicações relacionadas à terra, cuja perda paulatinamente comprometia a própria razão de ser dos indivíduos enquanto membros de uma comunidade, e quanto às formas de trabalho compulsório - *repartimientos*, *obrajes*, tributos de natureza fiscal em geral -, onde se explicitava a ênfase da exploração colonial. Como afiança Pierre Vilar, "a contradição social fundamental (propriedade-trabalho) se dá entre índios e *criollos*, ali onde os índios são maioria (Villar, 1973, p.48).

Aqui é necessária uma reflexão sobre o caráter "precursor" apregoado em relação a essas rebeliões. Pierre Chaunu manifesta-se claramente contrário a tal ponto de vista, afirmando, por exemplo, em relação à revolta de Túpac Amaru: "É a última rebelião quéchua e por uma verdadeira

aberração se a anexa às manifestações precursoras do levantamento crioulo" (Chaunu, 1973, p.15). Um reforço neste sentido é a comprovação de que as revoltas indígenas provocaram tal temor na população branca que conseguiram promover a unidade desta, colocando em segundo plano as eventuais diferenças entre peninsulares e *criollos*. No entanto, deve-se ter em mente que nos momentos iniciais das grandes rebeliões os indígenas quase sempre acenaram para o setor "criollo" em função de problemas fiscais que eram comuns, chegando a obter algum apoio, que terminava sendo negado quando as lutas se radicalizavam.

Outro ponto importante diz respeito à heterogeneidade da massa de indígenas e às diferenças em relação aos espaços que ocupavam na sociedade colonial. Assim, por exemplo, havia privilégios para os que detinham as funções de caciques ou curacas, a tal ponto evidentes e ambicionados que muitas vezes a metrópole precisou da manutenção destes cargos em números que excedia o de comunidades, com o fim de contentar aqueles que alegavam descender da antiga "nobreza" indígena e manter sob controle a população. Foram, no entanto, muitas vezes os curacas que tomaram iniciativas contra o poder colonial, buscando recuperar privilégios perdidos, ou contra determinados tributos, e eram eles que tinham condições para mobilizar a massa indígena através de discursos que invocavam o passado pré-colombiano. Também foi significativa a importância de um número expressivo de índios que estavam marginalizados tanto em relação às comunidades quanto às formas organizadas de trabalho compulsório; esses "forasteros" sempre compuseram os setores mais combativos das rebeliões, sendo responsáveis pelas atitudes mais radicalizadas.

Nas regiões coloniais onde a escravidão de africanos constituía a base da exploração, as formas de resistência foram freqüentes e variadas. Desde aquelas ações individuais, como suicídios e infanticídios, até aquelas que representavam ameaças contra a integridade física e patrimonial dos senhores, como os quilombos e a *cimarronería* o custo do trabalho escravo era muito gravado em função das medidas necessárias para a vigilância dos cativos. Também aqui cabem aquelas ressalvas apontadas em relação ao caráter precursor das revoltas escravas; dirigidas elas diretamente contra os exploradores coloniais, mais provinham da unidade de interesse entre *criollos* e autoridades metropolitanas do que anunciavam a libertação da população americana.

Também entre a massa de escravos havia sensíveis diferenças, que impediam que fosse vista, nas rebeliões, qualquer homogeneidade. Além daqueles que, resultando da miscigenação com os senhores, tinham alcançado certos cargos na sociedade colonial, entre os escravos propriamente

ditos havia muitos matizes: os domésticos, os "de ganho", os que se encarregavam da repressão aos trabalhadores etc. Até mesmo algumas formas de transição que apontavam para a chamada "brecha camponesa" (Cardoso, 1987, p.54-90), ou o incentivo em alguns casos para formação de núcleos familiares, indicam que uma eventual revolta escrava dificilmente poderia unificar os interesses dos cativos. No caso do Haiti, por exemplo, sendo esta rebelião a mais organizada e de maior repercussão para o continente americano, é visível o corte que existia entre os mulatos libertos, alguns deles inclusive enriquecidos, e a massa de trabalhadores negros oriundos das grandes *plantations*, comandados pelos primeiros.

É ainda significativo em relação às lutas antiescravagistas que a própria Revolução Americana, tida como uma das propaladas e mais importantes influências para o movimento de independência na América Latina, tenha conseguido compatibilizar um programa liberal do ponto de vista político e econômico com a existência da escravidão nos centros produtivos mais expressivos do setor primário. Isso quer dizer que para os senhores de escravos da América colonial era perfeitamente possível pensar na liberação da exploração metropolitana, reelaborando o ideário liberal da época, sem que fosse condição a abolição dos escravos. Tais considerações, no entanto, não podem ser absolutizadas, já que foi evidente, por exemplo, a influência positiva que a luta dos escravos no Haiti exerceu sobre Simon Bolívar.

A partir dessas considerações muito genéricas sobre as rebeliões das "classes perigosas", serão tratados neste ensaio dois casos exemplares, respectivamente, das revoltas indígenas e das lutas dos escravos: a grande rebelião de Túpac Amaru no Alto Peru e revolução haitiana. Ambos os casos envolveram grandes massas de trabalhadores compulsórios e atingiram diretamente extensas regiões, de notável importância econômica, tendo causado enorme pânico nos setores *criollos* dominadores; foram, sem dúvida, marcantes quanto aos limites que eventuais movimentos de libertação do jugo colonial impunham em relação à mobilização das camadas populares.

A rebelião de Túpac Amaru

Apesar das revoltas indígenas terem sido freqüentes a partir de 1737, foram nos últimos decênios do século que elas atingiram os maiores graus de radicalização e de ameaça para a ordem colonial. Neste sentido teve muita importância a impopularidade das reformas burbônicas, como salienta Fernando Mires (1988, p.22). O autor identifica na figura dos corre-

gedores o ponto central para o qual convergiam as contrariedades daqueles que eram submetidos à tributação. Originalmente destinados à arrecadação dos impostos e à distribuição dos indígenas nos diferentes postos de trabalho, os corregedores acabaram sendo autorizados a utilizar o sistema de *repartos*, uma compensação pelos baixos salários que recebiam do Estado. Esse sistema garantia aos corregedores um virtual monopólio das transações comerciais efetuadas no âmbito de seus *corregimientos*, o que se verifica tanto na venda de mercadorias como na compra de produtos locais e no uso da força do trabalho dos indígenas. Assim, "cobrador de impuestos, alcade y empresario privado eram funciones que estaban concentradas en la persona del corregidor" (Mires, 1988, p.24), possibilitando-lhe o enriquecimento rápido e tornando-o a parte mais visível da exploração colonial. Simbolicamente, pois, tem grande significado o primeiro ato da rebelião chefiada por Túpac Amaru, justamente a execução de um corregedor; não casualmente, também, este era o limite de aceitação do setor *criollo* para o andamento da insurreição.

As reivindicações explicitadas nas revoltas sempre tinham como ênfase a abolição dos trabalhos forçados e a redução dos tributos, o que colocava em evidência o papel dos corregedores. Estando muito distante o Estado metropolitano, verdadeiro patrocinador da arrecadação de tributos, eram os corregedores que apareciam como os mentores das desgraças que pesavam sobre a população indígena. Como a possibilidade de fraude era freqüente, sendo cobrados impostos não só dos índios de dezoito a cinqüenta anos, como previa a legislação, mas também da população em geral, não era difícil isentar o rei da Espanha desses males e atribuí-los aos maus funcionários. Houve aqui muitas vezes a colaboração freqüente de curacas ou caciques ajudando os corregedores em troca de uma parte menor do botim. Isso comprometia o sistema colonial como um todo, e significativo número de *criollos* preocupavam-se com os desmandos dos funcionários de Coroa, acirrando seu antagonismo contra os peninsulares. Conforme salienta Valcarcel, "corregidores y caciques, mancomunadamente cercanos en lo ilícito, abrumaron a los indios, que constituían la fuerza motriz por excelencia de la época virreinal. Y la exageración llevó al lento decaimento del sistema colonial. Los primeros que iban a sentir los efectos de la reacción serían precisamente aquellos funcionarios" (Valcarcel, 1947, p.13).

Por vezes, no entanto, manifestavam-se antagonismos entre os curacas e os corregedores, seja em função de rivalidades motivadas pela arrecadação dos tributos dos índios "comuneros", seja pelo papel que alguns caciques assumiam na defesa de suas comunidades, especialmente em si-

tuações de crise. Nestas situações, era importante a referência ao passado incaico, procurando os curacas estabelecer vínculos com personagens miticamente relacionadas à resistência indígena contra os conquistadores. Este parece ter sido o caso do curaca de Tungasuca, José Gabriel Condorcanqui Noguera, que adotaria o nome de seu antepassado Túpac Amaru.

José Gabriel Condorcanqui era, além de filho de curaca e conseqüentemente membro da "nobreza" indígena, um homem que havia recebido uma invulgar educação para os tempos coloniais, tendo freqüentado escolas de eclesiásticos e até a Universidade de São Marcos. Mais tarde, já aos 25 anos, permaneceu longo tempo em Lima tratando de seu reconhecimento oficial como curaca pela descendência que tinha do inca Túpac Amaru; este período, que certamente evidenciou-lhe os problemas que significavam os funcionários metropolitanos, seria importante pelos contatos que estabeleceu com intelectuais e políticos defensores das idéias liberalizantes que permeavam a Ilustração espanhola (Valcarcel, 1947, p.22).

Com a obtenção do título, teve direito a uma herança de 350 mulas, tornando-se um *arriero* cujo território abarcava as comarcas de Tinta, Pompamarca, Tungasuca e Surinama, onde não só adquiriu importância como comerciante mas também estabeleceu um importante círculo de amizades (Mires, 1988, p.30). Assim, não apenas se conformaria seu papel como líder de índios *comuneros* como ampliava suas chances em conseguir alianças com outros curacas e com setores *criollos* descontentes com as autoridades. Tendo vivido como *arriero* toda a ânsia tributária que caracterizou o período das reformas burbônicas, Condorcanqui aproximava-se dos produtores e comerciantes *criollos*; seu papel como curaca tornava-o consciente da situação das comunidades indígenas. Teve ele assim a possibilidade de propor uma rebelião de caráter "criollo-indígena", dirigida contra um inimigo comum representado pelos corregedores.

A rebelião deflagrou-se em 1780 com a prisão seguida de enforcamento do corregedor Arriaga, cujos bens foram saqueados e libertos seus escravos; desde Tinta e Tungasuca a revolta se espalhou pelas catorze províncias de Cusco, sendo perseguidos os corregedores e engrossado o exército rebelde com escravos e presos liberados dos cárceres, de tal forma que em pouco tempo os seguidores de Condorcanqui - agora usando o título de Túpac Amaru - subiam a mais de dez mil. Há fortes indícios de que até esse momento houvesse não só apoio mas também instigação de *criollos* influentes para a ação de Túpac Amaru, inclusive de membros do alto clero; a insurreição teria, neste momento, sua ênfase colocada na reação contra as autoridades peninsulares, os "odiados chapetones o 'pucacuncas' y sus protegidos" (Valcarcel, 1947, p.47).

Precocemente, porém, a revolta tomaria rumos mais radicalizados, com a destruição de todos os *obrajes* encontrados quando as forças de Túpac Amaru encaminhavam-se em direção a Cuzco; se, por um lado, isto significou a adesão de um grande número de índios, especialmente "forasteros", mestiços, escravos e até alguns brancos empobrecidos, por outro alertou aos *criollos* sobre o perigo que representava aquela sublevação que eles próprios haviam ajudado a desencadear. Mais importante que a destruição de algumas unidades produtivas, teria o cunho social que foi dado à insurreição, com o "Bando de Liberdad de los Esclavos", no qual Túpac Amaru decreta a abolição das formas compulsórias de trabalho. Assim opina Atilio Sivirichi sobre este documento:

> [...] Túpac Amaru propugnó en ese histórico documento el castigo y desaparición de los Corregidores; [...] Abolir las mitas, los trabajos personales forzados y gratuitos en Minas y Obrajes; y en general todas las cargas tributarias y repartimiento que agobiaban el pueplo. Toda esta Declaración de Principios y Plan de Acción Revolucionario tenían, sin lugar a duda, una finalidad autonomista y emancipadora de la Metrópoli [...] (Sivirichi Tapia, 1979, p.66).

A opção pelo caráter revolucionário do movimento, que implicaria na completa destruição da ordem colonial, condenou a revolução de Túpac Amaru ao abandono completo por parte dos *criollos* apesar de serem constantemente conclamados pelo líder. Os representantes das "classes decentes" coloniais fizeram causa comum com os espanhóis e os setores do clero preocupados com os desmandos em relação aos indígenas apoiaram o Estado, tendo-se desencadeado uma violenta repressão aos insurretos; a esta coalisão, que se formou para acabar com a revolta, estiveram presentes alguns curacas, temerosos com a possibilidade de perder alguns privilégios que haviam alcançado. Além dos principais chefes, incluídos Túpac Amaru e toda a sua família, que foram exemplarmente executados em Cuzco, estima John Lynch que tenham sido mortos mais de cem mil pessoas durante a guerra, grande parte formada por índios, uma cifra nada desprezível para a época (Lynch, 1991, p.31).

Apesar de ter durado poucos meses, a rebelião de Túpac Amaru deixou marcas muito profundas. Não por acaso foi o Peru o último reduto dos espanhóis no continente, tampouco foi casual a tendência extremamente conservadora com que os grupos dominantes locais trataram de organizar o Estado após a Independência. Ainda em nosso século perduravam as formas compulsórias de trabalho e a atenção das

forças repressivas onde houvesse índios organizados comunitariamente. Parece pois justificável a crítica que é feita em relação ao caráter de "antecedente ou "precursor" do movimento de Independência: mais do que indicar para a necessidade de um rompimento, a guerra de Túpac Amaru serviu como um alerta aos colonos, que precisavam das forças da metrópole para conter uma transformação radical da sociedade que colocava em risco suas existências.

A Revolução Haitiana

Se a rebelião de Túpac Amaru nos Andes centrais amedrontou o setor "criollo" nas áreas onde se explorava a mão-de-obra indígena, a revolta dos escravos em Saint-Domingue serviria como advertência para os setores das *plantations* por todo o continente. Como afirma Fernando Mires,

> [...] hubo acontecimientos que apresuraron el distanciamiento de la clase criolla respecto a ideas demasiado radicales. Pocos entre ellos aterroriazaron más a dicha classe que la llamada revolución de los esclavos en Haití. (Mires, 1988, p.79)

Neste sentido, a revolta haitiana teria um duplo sigificado: ao temor pela insurreição dos escravos propriamente dita somava-se uma grande preocupação com as influências da Revolução Francesa, da qual era indissociável a rebelião haitiana. Com efeito, um dos resultados menos esperados da grande transformação que se operava na França, aquela que era a mais rica das colônias antilhanas em poucos anos tornou-se um permanente campo de batalhas e não sucumbiu aos deseseprados esforços realizados para reverter a situação.

A ascensão da colônia francesa de Saint-Domingue se dera ao longo do século XVIII; tendo ocupado a parte ocidental da ilha de La Española, os franceses deram-lhe uma orientação produtiva muito diferente daquela que os espanhóis mantinham nos dois terços orientais sob seu controle. Enquanto estes mantinham uma economia baseada na criação de gado para o abastecimento de outras colônias, os franceses desenvolveram a produção de artigos tropicais: café, algodão, índigo e especialmente açúcar. Em pouco tempo, as exportações de Saint-Domingue superaram aquelas de todas as Antilhas britânicas, passando a competir favoravelmente com os ingleses no mercado europeu; com a independência das colônias norte-americanas, que passaram a abaste-

cer-se em Saint-Domingue, incrementou-se ainda mais a produção da colônia francesa (Moya Pons, 1991, p.124).

Este surto de crescimento econômico fundamentou-se numa grande importação de escravos africanos: nos dois anos que precederam a Revolução Francesa foram trazidos uma média de trinta mil escravos por ano para a ilha, atingindo um total de quinhentos mil cativos, cuja expressiva maioria era destinada ao trabalho nas *plantations* açucareiras (Halperín Donghi, 1985, p.338). O comércio de escravos era controlado por comerciantes localizados nos principais portos da França, que desta forma adquiriram o controle dos plantadores, os *grands blancs*, da colônia de Saint-Domingue, sendo este apenas um dos tantos antagonismos a comprometer a ordem colonial. A população branca era de composta, além dos senhores de escravos, de pequenos comerciantes e artesãos, os *petits blancs*, chegando a um total aproximado de quarenta mil pessoas.

Entre brancos livres e a grande massa de escravos negros situava-se um outro setor composto por libertos, predominantemente mulatos, os chamados *affranchis*, formado por mais ou menos trinta mil indivíduos. Esses mulatos livres constituíam um grupo social que buscava, com firmeza, uma ascensão dentro da rígida ordem colonial. Alcançavam muitas vezes não só posições dentro da hierarquia funcional mas também chegavam à situação de proprietários de terras e escravos; assim, além da rivalidade em relação aos *petits blancs*, extratos inferiores da população dominadora branca disputaram seus lugares com os *grands blancs*, que compunham o grupo dominante colonial propriamente dito. Entre *grands blancs*, *petits blancs* e *affranchis*, independentemente das disputas que tivessem em relação aos grandes comerciantes e autoridades metropolitanas, havia o interesse comum em garantir o controle da massa de escravos negros. Diz Halperín:

> Ese mosaico étnico y social da lugar a tensiones intensas entanto que los grupos rivales, que coiciden en apoiar los rígidos - y, cuando es necesario, brutales - controles impuestos a los esclavos, los creen suficientes para asegurar su pasiva obediencia en medio de la creciente discordia del resto de la sociedad colonial (Halperín Donghi, 1985, p.339).

A crise que desembocaria na Revolução Francesa provocou desencontros importantes nos rumos que cada setor procurou dar para defender os próprios interesses. Enquanto os *grands blancs*, que enviaram representantes para a assembléia dos Estados Gerais, tratavam de alinhar-se com os revolucionários mais moderados, ciosos da preser-

vação do sistema escravista, os *affranchis* - que haviam organizado em Paris a *Société des Amis des Noirs* -, buscavam o apoio dos mais liberais para obter oficialmente a almejada igualdade com os brancos. Temerosa de que o atendimento das demandas dos mulatos pudesse redundar numa futura emancipação dos escravos, base da riqueza de Saint-Domingue, a burguesia francesa negou apoio aos *affranchis*. A resposta foi a busca de apoio na rival Inglaterra e a tentativa de luta armada comandada pelos mulatos Ogé e Chavannes em 1790, que fracassou e teve seus líderes executados.

Em meio a este clima tenso, em que os *grands blancs* procuravam obter sua autonomia e os *affranchis*, ainda marcados pelas mortes de seus líderes, insistiam na afirmação do Conde Noir, que garantia a manutenção da escravidão mas impunha a igualdade entre os homens livres, difícil era para os dois grupos conseguir o apoio dos "petits blancs": contra o primeiro havia o ressentimento da diferença social; contra o segundo, o preconceito racial contra os mulatos ascendentes. Em último plano estavam os trabalhadores escravos, que para surpresa dos demais grupos sociais também fizeram eco aos apelos vindos da Revolução Francesa. Como bem escreve Moya Pons,

> lo que ninguno pensaba o decía era que los esclavos negros tenían derechos o los merecían. Pero día tras día éstos oían los debates de sus amos. En las grandes casas, en las plantaciones, en los mercados, en os pueblos, los esclavos tomaban de su condición y de las posibilidades que se les abrían de escapar de ella [...] (Moya Pons, 1991, p.126).

Quando em agosto de 1791 iniciou a rebelião dos escravos da parte norte da colônia, a situação complicou-se ainda mais com a intromissão de potências estrangeiras: temerosos diante da insurreição, *grands blancs* e *affranchis* buscaram apoio nas forças armadas francesas; estas, por sua vez, preocupadas com a possibilidade de uma intervenção britânica que aproveitasse a crise para capturar a valiosa colônia. Em função disso foi mandada da França uma comissão para tentar uma aliança entre os grupos rivais e recuperar a possessão que se perdia, mas os acordos obtidos fracassaram em razão do grande antagonismo que havia entre brancos e mulatos.

Vendo a oportunidade para recuperar a porção da ilha que haviam perdido para os franceses, os espanhóis de Santo Domingo apoiaram os escravos revoltosos. Isto motivou uma atitude francesa até então muito reclamada pelos *affranchis*: o reconhecimento da igualdade dos mulatos livres e brancos, que, por sua vez, decepcionados com a virada de posição da metrópole, voltaram-se para os britânicos solicitando proteção

contra os mulatos e negros sublevados. Ainda em 1792, a França tenta remediar a crise enviando o girondino Santhonax chefiando uma comissão de alto nível e à frente de seis mil soldados, que teriam de conter as tropas de escravos apoiadas por Santo Domingo e evitar a intervenção da Inglaterra através de seus soldados estacionados na Jamaica.

Santhonax tomou então a única atitude cabível para a situação desesperada dos franceses: em abril de 1793 aboliu a escravidão em Saint-Domingue e fez um apelo aos escravos rebelados para que, na qualidade de homens livres, se incorporassem às tropas francesas. Com essa medida, dividiram-se os efetivos dos escravos, tendo aproximadamente quatro mil soldados aderido à proposta francesa; entre eles aquele que seria o principal combatente da rebelião escrava no Haiti, Toussaint-L'ouverture. Era um antigo escravo doméstico que, a exemplo de Túpac Amaru, havia tido contacto com alguns textos clássicos da cultura ocidental, sendo uma pessoa de invulgar erudição para a época.

A partir de então, afirmou-se a primazia dos franceses, tendo Toussaint-L'overture se revelado um chefe militar de inequívocas qualidades, além de sua capacidade em congregar os escravos sublevados; os *grands blancs* apostavam ainda na ajuda inglesa, e os *affranchis* dividiam-se entre os dois bandos. Toussaint acabaria sendo o principal comandante das forças francesas na ilha, recebendo o grau de generalato a partir de 1796 (Moya Pons, 1991, p.127): além de obrigar os espanhóis de Santo Domingo a retroceder e ampliar os domínios franceses às suas custas, causou aos ingleses até 1798 a perda de aproximadamente vinte e cinco mil homens, compelindo-os a um tratado de paz. Internamente enfrentou ainda a oposição dos mulatos inconformados com o papel preponderante dos antigos escravos, derrotando-os militarmente em 1800.

Já exercendo os cargos de governador geral e comandante das forças armadas, Toussaint-L'ouverture tratou de reorganizar as atividades produtivas da ilha, obrigando o retorno dos antigos escravos para as *plantations*, mas na qualidade de assalariados: a metade da produção ficaria nas mãos do Estado, uma quarta parte para o proprietário e a outra dividida entre os trabalhadores. Buscava assim restaurar o grupo dominante dos *grands blancs* ao mesmo tempo que esperava, na transformação dos escravos em *cultivateurs*, acalmar os distúrbios sociais de Saint-Domingue; no entanto, mesmo estando estes sob controle dos generais distritais que eram responsáveis pela disciplina no trabalho, já em 1801 ocorreu a primeira rebelião de "cultivateurs", que mataram diversos proprietários brancos antes de serem dominados.

Apesar das medidas, e mesmo tendo havido o restabelecimento de relações comerciais com os Estados Unidos, a economia da ilha não recu-

perou o volume que tinha nos tempos coloniais, especialmente pela resistência dos "cultivateurs" em manter-se trabalhando na *plantations*, preferindo escapar do trabalho compulsório e sobreviver como parceiros.

Como conseqüência, proprietários brancos e mulatos progressivamente intensificam sua oposição e propaganda contra o governo de Toussaint, encontrando eco na França napoleônica, ansiosa por recuperar a colônia perdida e convencida de que para isso deveria ser restaurada a escravidão. À testa de aproximadamente sessenta mil homens, o general Leclerc, cunhado de Napoleão, iniciou as operações em 1802, ocupando facilmente os domínios espanhóis, enquanto encontrou seríssimas dificuldades em Saint-Domingue; traído pelos franceses Toussaint-L'ouverture foi aprisionado no mesmo ano, tendo morrido na prisão em 1803, mas a resistência continuou sob o comando de seu lugar-tenente Jean-Jacques Dessalines, ele também um ex-escravo.

Apesar de ter tentado incorporar aos seus efetivos as forças armadas de Toussaint, as revoltas dos *cultivateurs* continuaram, custando a guerra uma perda de mais de cinqüenta mil franceses, incluindo o próprio Leclerc. Seu sucessor, Rochambeau, capitulou frente a Dessalines e suas tropas negras, que no primeiro dia de 1804 proclamaram a independência de Saint-Domingue, com o nome de Haiti, que era como os índios a chamavam no período anterior à conquista. Tendo sido praticamente exterminados os *grands blancs* ao longo das lutas, Dessalines confiscou suas propriedades e proibiu o direito dos brancos à terra no Haiti. Isto fez com que o Estado, ao longo dos dois anos em que governou Dessalines, ficasse com a posse de dois terços das terras, o que trouxe-lhe problemas com os *affranchis*.

O assassinato de Dessalines em fins de 1806 jogaria mais uma vez a ilha no caos. As disputas entre negros e mulatos já em 1807 causariam a divisão do país, com o norte governado pelo seguidor de Toussaint, Cristophe, que tentaria impor seus métodos para recuperar a economia, terminando por implantar uma caricata corte imperial; ao sul, Pétion organizava uma república comandada pelos mulatos. Fracassando em ambos os lados as medidas para reerguer o poderio econômico do Haiti, o que só seria viável com a recuperação das monoculturas de exportação, a ilha mergulharia numa sucessão de confrontos entre negros e mulatos, entre estes e os espanhóis de Santo Domingo sujeita ainda, às pressões de potências externas. Para o resto do continente restava um preocupante aviso: a primeira colônia independente na América Latina resultara no primeiro Estado nacional organizado e dirigido por negros rebelados contra a escravidão. Isso com certeza teve mais importância para os *criollos* que as influências independentistas que receberam de fora do mundo espanhol.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS: DA ILUSTRAÇÃO À REVOLUÇÃO FRANCESA

Invariavelmente atribui-se ao movimento de independência latino-americano uma filiação às correntes de pensamento ou aos novos posicionamentos políticos que solapavam o Antigo Regime. Se a Independência entra no rol das revoluções burguesas, as revoluções que precederam as lutas emancipacionistas da América Latina - a americana e a francesa - seriam logicamente exemplos concretos da possibilidade de quebra da velha ordem, indesejada pelos grupos dominantes na crise do sistema colonial. Além disso, toda a ideologia que ao longo do século XVIII foi desenvolvida, contrariando as estruturas feudais, a onipresença da Igreja, o Estado absolutista e o direito divino, e que teria justificado as transformações levadas a cabo pelas burguesias européia e norte-americana, teria também infiltração das idéias do Iluminismo, que estariam na raiz das lutas pela Independência.

Desde logo é necessário que se faça uma relativização desta impressão de uma mecânica influência da Ilustração ou das revoluções burguesas. Em relação ao ideário iluminista, diz Chaunu:

> La América española es española. Casi da vergüenza decirlo, es una provincia de la España ilustrada. La participación de España en las corrientes racionalistas del siglo XVIII es tardia y ambígua. La participación de la América española en las corrientes racionalistas del siglo XVIII es aún más tardía e ambígua, pues la América es provincial. Y, se acaso tenemos la impressión de que ocurre de otra manera, no se origina en América española sino en España. (Chaunu, 1973, p.28)

Além de tardia, a influência da Ilustração se fez sentir de maneira assimétrica no continente: além de ser uma ínfima parcela dos *criollos* os que tiveram contato com os autores iluministas, havia muitas diferenças de acordo com cada região; se havia maior disseminação na Venezuela, no Rio da Prata e no Chile, até por serem áreas onde o controle metropolitano não era tão evidente, nos Andes centrais ela era praticamente inexistente, ficando a Nova Espanha numa situação intermediária (Chaunu, 1973, p.30). Por outro lado, se é verdadeiro que as idéias da Ilustração não eram desconhecidas, e que tampouco fossem significativas as proibições destes livros, é também verdade que a versão hispânica do Iluminismo estava "purgada de contenido ideológico y quedó reducida a un programa de modernización dentro del orden estabelecido" (Lynch, 1991, p.34).

Em suma, apesar de ter havido uma certa circulação de autores franceses, alemães e ingleses - podem ser citados Descartes, Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau, Locke, Adam Smith - para um público reduzido de intelectuais, eclesiásticos, alguns comerciantes e militares, tais influências tiveram um significado mais expressivo em relação ao primado do racionalismo do que seu apelo para transformação da sociedade. Se na Espanha não eram colocados em jogo o Estado Absolutista e a Igreja Católica, sendo a versão local da Ilustração predominantemente voltada para as ciências aplicadas e para a racionalização do aparelho de Estado, na América as idéias mais radicalizadas seriam compartilhadas por um número muito pequeno de pessoas; não por acaso, sempre são destacadas as lideranças que sofreram essas influências, como no caso de Moreno, Belgrano, Miranda, Bolívar e Nariño.

Há ainda que considerar aquilo que foi a mais concreta experiência dos *criollos* em relação à Ilustração, ou seja, o impacto das reformas burbônicas. Sendo tributárias daquela racionalidade dirigida para o aumento da produção e para maior eficiência do Estado, as reformas foram responsáveis por importantes modificações econômicas e políticas, das quais Bonilla destaca a liberdade de comércio e as divisões territoriais (Bonilla, 1990, p.153). A ampliação do comércio pela abertura de novos portos na Espanha e pelo incremento das relações intercoloniais, trouxe por um lado, uma diversificação econômica na produção americana; por outro, conscientizou frações significativas do setor "criollo" das vantagens do livre comércio e da incapacidade da Espanha em comprir as metas objetivadas. Já as mudanças administrativas, que assim como impulsionaram novos centros estagnaram outros que haviam tido prosperidade no passado, tiveram como importante conseqüência um aumento na capacidade de arrecadação fiscal, que atingiu não apenas os grupos produtores coloniais mas estendeu-se também para a população indígena; se o resultado foi positivo para o Tesouro Real, o mesmo não pode ser afirmado em relação aos colonos.

Desta forma, os primeiros efeitos da Ilustração nas colônias americanas não se sentiram na propagação de novas idéias capazes de transformar a velha ordem, mas nas conseqüências de uma reforma econômico-política que visava, através da modernização, garantir aquela ordem; as rebeliões dos anos 80, como foi o caso daquela comandada por Túpac Amaru, não apresentam filiações às idéias ilustradas, mas representam reações ao incremento da arrecadação, ampliando a base de tributação. As idéias iluministas, presentes em alguns poucos líderes que emergiram no cenário político no movimento de 1810, tiveram um aparecimento tardio: já se afirmara a Revolução Francesa, tinham sido ultrapassados o radicalismo jacobino e o refluxo do Diretório, vivia-se o

corolário da revolução com a expressão napoleônica, e só então apareciam as referências a Montesquieu, Voltaire e Rousseau. Também os grandes teóricos da fisiocracia e do liberalismo econômico vieram à tela depois de muitos anos de contrabando com os ingleses e da curta euforia com a ampliação da rede de comércio para os portos espanhóis.

Diferente da Ilustração foi o impacto das revoluções americana e francesa, que no dizer de Lynch "condujeron la Ilustración a la vida política" (Lynch, 1991, p.36). É importante notar que o modelo norte-americano contou com mais adeptos que o francês, fundamentalmente por não ter apontado para soluções radicalizadas nem ter vivido os momentos de intensa mobilização popular deste último; além disso, era mais perceptível como exemplo na medida em que tratava-se de um processo de descolonização que ocorrera justamente quando a metrópole inglesa tentava um recrudescimento dos laços de dominação. Afirma Kossok:

> La influencia movilizadora de la revolución de la independencia norteamericana de 1775, a la que el estrato superior criollo latinoamericano, de origen terrateniente, recibe de manera mucho más unitaria y entusiasta que las repercusiones lejanas y explosivas de la Revolución francesa, en lo que se refleja el estrecho alcance social de los resultados inmediatos de aquélla (tolerancia de escravitud) y el carácter aristocrático de sus dirigentes (Kossok, 1983, p.191).

A Declaração de Independência, de Jefferson, já antecipava como pontos fundamentais o direito à vida, à liberdade e à propriedade como sendo "naturais", sendo aqui muito evidente a presença do pensamento de Locke. Os primeiros anos do novo Estado, com a aplicação da teoria do contrato social, a codificação dos direitos elementares que resultaria na elaboração de um direito constitucional, mais a definição da participação dos representantes do povo e a divisão dos poderes, apontavam para uma continuidade e possibilidade de aplicação daqueles princípios que tinham fundamentado a independência das colônias norte-americanas. Mais tarde, já na Constituição de 1787, as idéias federalistas, especialmente aquelas professadas por Madison, garantiam a presença de diversos grupos de interesse disputando o predomínio sobre os demais, embora regidos por estruturas organizativas que impediam o monopólio do exercício de poder. Desta forma, o modelo norte-americano além de mostrar-se exeqüível, na medida em que se afirmara contra a maior potência mundial de seu tempo, não apresentava novidades que colocassem em risco a dominação dos *criollos* sobre as "classes perigosas".

Muito precocemente, pois, as idéias dos principais líderes da Revolução Americana, tais como Washington, Jefferson, Paine, entre outros, circularam pelas colônias espanholas. Na esteira dos admiradores do modelo norte-americano encontrava-se Francisco Miranda e seu discípulo Simón Bolívar, por exemplo. Depois, já na organização dos Estados nacionais, essa influência apareceria claramente na elaboração das Constituições e estaria na base das muitas resistências oferecidas às formas centralizadas propostas pelos grupos exportadores latino-americanos que tomavam a dianteira na formação dos Estados.

Porém, talvez mais do que as idéias ou mesmo a verificação do funcionamento de um Estado que resultara de uma luta de emancipação colonial, foram os contatos com os agentes econômicos da nova nação muito inspiradores para os setores *criollos* da América espanhola. Além de introduzirem publicações e princípios da emancipação das colônias do norte, os comerciantes norte-americanos buscaram incessantemente o estabelecimento de vínculos com a América espanhola. Especialmente a partir de 1793, quando a beligerância entre a França revolucionária e a Inglaterra concentrava os esforços das potências européias, os Estados Unidos se tornaram importantes fornecedores de alimentos, algodão e outras matérias primas; entre 1799 e 1810, a tonelagem dos navios norte-americanos aumentaria em mais de sete vezes, com produção exclusivamente nacional, o que indica um grande desenvolvimento de suas atividades agrícolas e comerciais.

Apesar de boa parte deste desenvolvimento econômico estar voltado para o continente europeu, a América espanhola fazia parte destes circuitos mercantis. Mais que a vinculação comercial, era evidente para os *criollos* a grande vantagem auferida pelos que praticavam o livre comércio, que se expandia quase sem limites quando liberado das travas monopolistas. Cabe observar que a industrialização nos Estados Unidos seria implantada apenas depois de 1815, e que esta pujança econômica que se manifestava era basicamente garantida pela prática do livre mercado. Para as colônias espanholas da América isto significava um exemplo claro a ser seguido, sem que fossem necessárias modificações que alterassem em profundidade a estrutura social e produtiva controladas pelos *criollos*.

Já a Revolução Francesa, que de início havia despertado interesse em alguns membros da elite *criolla*, em pouco tempo serviria mais como um alerta para os grupos dominantes coloniais do que propriamente um exemplo. Apesar da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que afirmava que "todos os homens são iguais por natureza e por lei", não estar tão distante da declaração americana ao dizer que "todos os homens nascem

iguais", os desdobramentos práticos das duas revoluções que propalavam liberdade e igualdade foram muito distintos. Enquanto nos Estados Unidos eram preservados os grupos dominantes e mantinha-se a escravidão como fator essencial na estrutura produtiva das antigas colônias do sul, na França assistia-se a uma cruenta guerra civil, onde a mobilização de setores radicalizados da plebe chegou a comprometer a própria burguesia que liderava o processo revolucionário. As palavras de Francisco Miranda são ilustrativas: "Dos grandes ejemplos tenemos delante de los ojos: la Revución Americana y la Francesa. Imitemos discretamente la primera: evitemos con sumo cuidado los fatales efectos de la segunda" (Miranda, 1991, p.37).

Não foi casual, portanto, que os líderes mais radicais que apareceram nos movimentos de Independência fossem chamados de "jacobinos", e que fossem quase sempre evitados os chamamentos à massa de trabalhadores índios ou escravos. Ao contrário do que ocorrera em relação aos filósofos da Ilustração, o próprio governo espanhol tratou de impedir a divulgação da literatura revolucionária em suas colônias, no que recebeu apoio da Igreja, alarmada pelo profundo caráter anticlerical que assumia a Revolução na França. As idéias igualitárias numa sociedade rigidamente estratificada poderiam trazer problemas incontroláveis para os grupos dominantes *criollos*, que passaram a ver a Revolução Francesa "como um monstruo de democracia extrema y anarquia, que, si era admitida en América, destruiria el mundo de privilegio que disfrutaban" (Miranda, 1991, p.37).

A crise ocorrida em Saint Domingue, que redundaria na Independência do Haiti e na virtual eliminação dos *grands blancs*, seria uma comprovação real dos perigos que representava o igualitarismo propagado pelos radicais da Revolução Francesa; é possível, assim, pensar a sua influência para os movimentos de Independência mais como um exemplo negativo, pelos riscos que trazia para aqueles que vislumbravam vantagens na emancipação colonial. O Haiti, do alvorecer do século XIX, tornava-se concretamente uma ameaça para a ordem colonial, e as colônias espanholas, sustentadas nas relações servis e escravistas, trataram de proteger seus interesses; e aqui era inseparável o que ocorrera na ilha caribenha dos sucessos ocorridos na França.

A Revolução Francesa teria, independentemente de quaisquer influências em relação aos *criollos*, dois efeitos decisivos para a independência. Primeiramente foi o afastamento da metrópole espanhola daquele que fora até então seu principal aliado, o que enfraqueceu sua posição no cenário europeu e limitou o alcance das reformas que emprendia. Sem o apoio francês, a Espanha sucumbia definitivamente ante o crescente poderio inglês e suas tentativas de solapar o monopólio hispano-americano. A segunda conseqüência, admitindo Napoleão como corolário da Revolução, foi a invasão da Espanha pelas tropas francesas e a destituição do rei Fernando VII; o processo que se desencadearia, na metrópole e nas colônias, com a formação das juntas e as tentativas de reinstitucionalizar o poder levariam fatalmente à Independência.

AS GUERRAS PELA INDEPENDÊNCIA

Em 1808 caíram por terra quaisquer veleidades que tivesse o Império espanhol. Já em março a crise era suficientemente grave para provocar uma conspiração palaciana que retirou do cenário o rei Carlos IV em favor do filho Fernando VII. Em maio os exércitos de Napoleão invadiram e ocuparam a Espanha, forçando a abdicação de Fernando VII, que foi afastado com seu velho pai da cena política; pouco tempo depois, o "petit caporal" instituía no trono seu próprio irmão, José Bonaparte. No entanto, se fora rápida e fácil a vitória contra as tropas regulares e a cooptação dos mais altos funcionários da Coroa, houve uma insuspeitada resistência da grande maioria da população espanhola, obrigando as forças invasoras a uma permanente prática da violência.

A expressão política mais visível da resistência antifrancesa foi a formação das juntas locais e regionais; após um curto lapso em que funcionou um Conselho de Regência, que se desmoralizou porque os altos funcionários que o compunham muitas vezes preferiam o abrigo oferecido pelo invasor, foi constituída uma Junta Suprema à qual se submetiam as demais. Esta Junta iniciou sua atuação em Aranjuez, transferiu-se para Sevilla e finalmente para Cádiz, tornando-se a virtual depositária da soberania na vacância do rei, obtendo reconhecimento dentro e fora da metrópole, inclusive o da Inglaterra, cuja armada garantia a integridade gaditana contra os bombardeios franceses.

Apesar do reconhecimento formal desta Junta Suprema, seriam inarredáveis os problemas quanto ao controle das colônias. Além da perda dos melhores funcionários de carreira, que fora uma das mais significativas inovações das reformas burbônicas, era muito difícil ver na Junta todo o significado simbólico que cercava a autoridade real constituída em séculos de absolutismo. A relação de poder entre Espanha e América mudava muito, como diz Halperín sobre as difíceis tarefas da Junta:

> [...] reemplazaría la relación autoritaria, rutinizada en su funcionamiento, entre el soberano y sus agentes ultramarinos por una relación nueva, que sería

preciso inventar y definir, entre organismos surgidos de colonias intactas en sus recursos y poderío, y la frágil autoridad que representa una metrópoli en lucha desesperada por sobrevivir (Halperín Donghi, 1985, p.117).

Desta forma, eram evidentes nas diversas áreas coloniais as dificuldades para a manutenção da hierarquia que a preservação do monopólio exigia. Superposição de autoridades, formação de novas Juntas em terras americanas, conflitos destas com os cabildos, cismas entre cabildos, audiências e vice-reis compuseram o confuso panorama causado por uma ausência de fato da autoridade metropolitana. Nesta situação, dúbia era a posição da Inglaterra, alçada do papel de inimigo figadal para o de principal aliado da potência ibérica que tombava: de um lado, a virtual quebra do monopólio e o bloqueio continental de Napoleão tornavam-na a parceira comercial por excelência das colônias espanholas; por outro, precisava garantir ao máximo a sobrevivência da Espanha, que para isso dependia da preservação do pacto colonial que era duramente comprometido.

As guerras de Independência podem ser divididas em duas fases: a primeira, de 1810 a 1815, tem um caráter continental, sendo caracterizada pelos levantes dos cabildos das principais cidades coloniais e levada adiante sem grandes apoios externos (a Inglaterra, além dos problemas referidos, estaria em guerra contra os Estados Unidos de 1812 a 1814); a segunda, de 1815 a 1824, teria um caráter nacional, enfrentando uma forte tentativa de recolonização pela Espanha entre 1815 e 1817 em consonância com o restabelecimento do absolutismo nas asas da Restauração, contando em compensação com apoio da Inglaterra e dos Estados Unidos (doutrina Monroe, de 1823). Na primeira fase foi significativa a radicalização apresentada por alguns dos movimentos independentistas; na segunda, predominou amplamente o cuidado com a mobilização dos grupos dominados, resultando em Estados nacionais onde as mudanças estruturais em relação aos tempos coloniais eram muito pequenas.

A revolução de Independência: 1810-1815

Nova Espanha: a Revolução dos Curas Hidalgo e Morelos

As notícias da ocupação napoleônica chegaram ao México em julho de 1808 e tiveram como conseqüência imediata a deposição do vice-rei, Iturrigaray, que tinha se aproximado do setor "criollo" atuante no cabildo da Cidade do México. As autoridades peninsulares, temerosas quanto ao futuro da principal colônia, destituíram e enviaram para a Espanha o pouco confiável Iturrigaray e aprisionaram os *criollos* mais influentes, restaurando a ordem através das providências administrativas previstas para a vacância do vice-rei. Os principais comerciantes monopolistas constituíram uma força militar, os Voluntários de Fernando VII, como garantia da manutenção da subordinação colonial.

A situação, bem-controlada na crise de 1808, teria um encaminhamento muito diferente em relação aos acontecimentos de 1810, quando a Espanha perdeu para os franceses o seu frágil controle da Andaluzia, restringindo-se a metrópole ao porto cercado de Cádiz. Devido à tibieza do setor "criollo" mexicano, temeroso das "classes perigosas" e bastante vigiado pelas autoridades metropolitanas, a insurreição no México teria em sua primeira fase um marcado caráter popular, radicalmente antipeninsular e um programa agrarista voltado para as demandas da massa de trabalhadores indígenas e mestiços. Não por acaso a rebelião explodiu na região de El Bajío, onde combinavam-se uma atividade mineira que já entrava no seu ocaso, artesanatos que tinham tido prosperidade até a implantação das reformas burbônicas e latifúndios agrícolas que haviam crescido às custas das terras indígenas; juntavam-se aqui negros e mulatos, escravos e libertos, índios submetidos aos trabalhos compulsórios das minas, *haciendas* e "obrajes", além de um grande número de indígenas desocupados, formando um substrato social adequado para uma rebelião.

Quem comandou o levante foi o padre Miguel Hidalgo y Costilla, um típico representante do baixo clero, cujo contato com os autores da Ilustração fez com que sua própria casa recebesse o apelido de "pequena França" e que tivesse sua carreira eclesiástica comprometida pela aversão da Igreja às idéias racionalistas. Tendo relações com o oficial "criollo" Ignácio Allende, desde a crise de 1808, Hidalgo precocemente radicalizou o movimento na medida em que incorporava um grande número de despossuídos que aderiram à sua consigna pela Virgen de Guadalupe e pelo aprisionamento do rei Fernando VII, contra todos os "gachupines". Desde Dolores até Guanajuato, Hidalgo foi ditando medidas cada vez mais impregnadas de conteúdo social: desde a abolição dos tributos indígenas - que seria imitada pelo vice-rei numa tentativa de conter a adesão à tropa de Hidalgo - à abolição da escravidão e proibição ao tráfico ainda em outubro de 1810, tais "bandos" representavam muito mais para a população que os apelos liberais. Como afirma Fernando Mires, "[...] promesas como la de autonomia nacional, expulsión de los peninsulares, establecimiento de juntas etc. significaban muy poco comparadas con la ley de abolición de tributos [...]" (Mires, 1988, p.79).

Na tomada de Guanajuato, houve um total descontrole dos "de abajo" contra os bens e pessoas dos grupos dominantes, apesar dos esforços

dos *criollos*, como Allende, que ainda acompanhavam o movimento; a violência mostrava que as hostes de Hidalgo lutavam por muito mais que uma mera Independência, mas que carregavam séculos de ódio contra a dominação social de peninsulares e *criollos*. A partir de então marcava-se a deserção dos poucos *criollos* que estiveram com Hidalgo e o aprofundamento do progama agrarista: em dezembro de 1810 abolia-se o latifúndio e era iniciada a distribuição das terras entre os indígenas.

Além do abandono do setor "criollo", a luta de Hidalgo enfrentou um feroz combate dos mais altos representantes do clero da Nova Espanha, sempre empenhado na manutenção das relações do Antigo Regime. Apesar do uso permanente da Virgem de Guadalupe, divindade popular por excelência, Hidalgo foi acusado de heresia e outros crimes, terminando por ser excomungado pela Igreja. A enorme massa que teria em alguns momentos atingido um total de oitenta mil pessoas (Villar, 1973, p.54), desorganizada pela falta de apoio dos *criollos*, seria finalmente aniquilada pelas tropas peninsulares, sendo Hidalgo preso e executado nos princípios de 1811. Mesmo após a dispersão de seus seguidores, alguns deles - como Manuel Félix Fernández, que mais tarde seria conhecido como Guadalupe Victoria, Vicente Guerrero e López Rayón - prosseguiriam a luta começada em 1810; o grande condutor, no entanto, seria outro pároco de aldeia, José María Morelos y Pavón.

Ao contrário de Hidalgo, o mestiço Morelos não era muito versado nos autores racionalistas franceses, tampouco tinha a capacidade de mobilização das massas daquele. Em compensação, era muito mas eficiente como organizador, tanto do ponto de vista político - onde interessava granjear o maior número de adesões no vasto leque que compunha a sociedade mexicana - como principalmente militar - onde importava o uso de uma estratégia que garantisse sucesso no enfrentamento com o exército regular. A própria duração do movimento que liderou, esmagado apenas em fins de 1815, atesta o que foi dito.

Um dos principais acertos militares de Morelos foi o próprio deslocamento do teatro de lutas: ao invés dos terrenos planos do Bajío, onde a massa desordenada de combatentes de Hidalgo foi atacada com vantagens pelas bem-disciplinadas tropas mandadas pelo vice-rei, Morelos optou pelas terras acidentadas ao sul da Cidade do México - no atual estado que leva seu nome -, empregando a tática de guerrilhas, com pequenos grupos fustigando o exército inimigo, sem oferecer grandes combates frontais, conforme Mires (1988, p.98).

Quanto às propostas políticas da insurreição, foi tentada uma combinação dos interesses dos *criollos*, com ênfase na Independência do país

e no conseqüente afastamento das autoridades metropolitanas, exclusividade dos cargos públicos para os americanos, com a tão sonhada divisão dos poderes, e o respeito às propriedades detidas pelos mesmos, com as pautas sociais que motivavam os indígenas e ex-escravos a sustentarem o movimento. Esta composição foi até certo ponto possível visto que nas "tierras calientes" onde se desenvolvia a guerrilha de Morelos tinham se formado latifúndios canavieiros, com proprietários absenteístas e em grande parte peninsulares, cuja expropriação não causava tanto impacto nos *criollos* que apoiavam a rebelião. Tentava-se criar, ali onde não havia, uma identidade mexicana oposta à opressão espanhola, onde "el objetivo es ahora la republica, no la defensa del buen gobierno monárquico contra los servidores de la monarquía" (Halperín Donghi, 1985, p.149).

Tendo em vista estes fins, Morelos inaugurou em setembro de 1812 o Congresso de Chilpancingo, que em dezembro de 1813 proclamaria a Independência da Nova Espanha com o nome de República de Anáhuac. Neste mesmo ano Morelos reivindicaria a abolição definitiva da escravidão e o fim do sistema de castas. Como a sobrevivência da sublevação necessitava de recursos, e para manter mesmo a coesão da massa de despossuídos, os "terratenientes" foram despojados, na região açucareira, de suas propriedades e bens. Paulatinamente Morelos foi perdendo os aliados do setor "criollo", além da firme oposição que tinha no alto clero, apesar de ter sempre respeitado as autoridades e haveres eclesiásticos. Terminaria preso e executado em dezembro de 1815, seguindo alguns restos das suas hostes em solitárias escaramuças chefiados por Vicente Guerrero e Guadalupe Victória. O comandante militar vitorioso contra Morelos, Calleja, logo seria nomeado vice-rei; mais hábil que o antecessor, privilegiaria *criollos* que haviam formado nas suas tropas com cargos e distinções, levando adiante os ordenamentos da Constituição liberal que havia sido promulgada em Cádiz, elegendo deputados provinciais e junto à Corte. Tais procedimentos, mais tarde derrogados pela volta do rei Fernando VII, solidificaram a aliança de *criollos* e peninsulares, tornando-se o México, outrora revolucionário, um pilar sólido da Restauração.

Nova Granada e Venezuela: o despertar de Simón Bolívar

Na rebelião independentista da Venezuela é indiscutível o papel de Caracas, importante porto atlântico beneficiário das reformas burbônicas e do crescimento da economia cacaueira da costa. Numa região que concentrava expressivo número de escravos africanos, "pardos" livres que buscavam ascensão social na rígida hierarquia colonial e uma oli-

garquia "criolla" apoiada nos latifúndios voltados aos produtos tropicais - antagonizando não apenas os peninsulares, que detinham os cargos da administração, como também os proprietários pecuaristas dos "llanos" do interior, não-exportadores -, o cosmopolitismo do porto significou já nos fins do século XVIII um canal de divulgação de idéias e movimentos perigosos à estabilidade da colônia.

Em 1795, no porto de Coro, ocorrera uma importante insurreição de escravos, liderados por José Caridad González - um negro liberto que fugira da escravidão em Curaçao e que além do espanhol conhecia o francês - e por José Leonardo Chirino - um advogado de Coro, filho de escravo e índia livre -, que se estendera por todo o vale do Curimágua e chegara ao porto de La Gayra (Pomer, 1980, p.62). As motivações chegavam de Saint Domingue, onde a "lei dos franceses" extinguira a escravidão, e da Lousiana, onde rebeliões escravas também explodiam. Comprometendo as vidas e as propriedades dos "mantuanos", a revolta de escravos e pardos unificaria os interesses dos proprietários, das autoridades peninsulares e da Igreja, cujas contradições eram menores se comparadas ao risco de uma sublevação social, sendo os insurrectos exemplarmente punidos, mesmo que isso iniciasse a ruína de toda a região tributária do vale do Curimágua.

Assim como fora permeável às influências caribenhas, a região costeira da Venezuela reagiu prontamente às notícias de 1810, sendo Caracas o primeiro centro hispano-americano a estabelecer uma Junta na defesa do cativo Fernando VII. Assim, em abril o cabildo caraquenho, foro de atuação dos "mantuanos", tomava para si as tarefas da substituição das autoridades metropolitanas por membros da oligarquia costeira; iniciaria aqui a carreira política de alguns jovens *criollos* mais radicalizados, que haviam formado a "sociedade Patriótica", entre eles Simón Bolívar, além do já veterano Francisco de Miranda, que retornara da Inglaterra.

Miranda, o "Precursor", já muitas vezes tinha criado problemas para a administração colonial, e passara boa parte de sua vida no exílio; fora militar na França revolucionária, onde alcançara o generalato, visitara os Estados Unidos no período inicial como nação americana independente, e já há algum tempo era hóspede da Inglaterra, a fiadora de uma intentona contra a Venezuela colonial liderada por ele em 1806 (Halperín Donghi, 1985, p.136). Já Bolívar, oriundo de uma das mais ricas famílias de "mantuanos" de Caracas, tivera uma esmerada educação na Espanha ilustrada, com acesso em profundidade aos iluministas, como Montesquieu, Voltaire, Rosseau, Dálembert, Locke, entre outros; na Inglaterra desde 1808, procurando contatos em nome dos mais radicalizados caraquenhos, firmou aí relações com Francisco de Miranda (Mires, 1988, p.132).

A "Sociedade Patriótica", impondo-se como vanguarda do movimento "criollo", fez com que o Congresso, formado em março de 1811 e definido a partir de rígidos critérios censitários, proclamasse em 5 de julho do mesmo ano a República da Venezuela; a Constituição do mesmo ano, que abolia o tráfico negreiro mas não a escravidão, que abolia o sistema de castas mas não abria novas oportunidades para negros e "pardos" livres, refletia o discurso mais inflamado destes *criollos* pouco interessados em mudanças sociais que incluíssem o grosso da população venezuelana num projeto independentista.

Com efeito, enquanto os independentes titubeavam na incorporação das massas ao novo projeto político, os defensores da velha ordem tratavam de promover rebeliões escravas nas *plantations* costeiras e promoviam nos *llanos*, região econômica periférica à produção tropical, levantes tipicamente caudilhescos, onde proprietários-comandantes conduziam os seus peões-soldados na luta contra os exportadores que organizavam a nova república nas áreas portuárias; de forma semelhante aos gaúchos do Prata, os *llaneros* venezuelanos eram trabalhadores livres nas fazendas de criação, desenvolvendo relação de trabalho que envolvia várias práticas de caráter pré-capitalista, com um grande grau de adesão aos seus patrões. Estes chefes de *llaneros*, cujo exemplo mais destacado foi Boves, puderam enfrentar com vantagens os *criollos* de Caracas, cujas propostas não mobilizavam os negros e pardos.

Somou-se aos demais problemas o terremoto de 1812, que arrasou Caracas; além dos enormes danos materiais, este evento foi muito explorado pelo clero conservador, adepto do Antigo Regime, atribuindo-o à divindade descontente com rumo dado à política dos independentistas. Os realistas, a parir de algumas áreas que controlavam, como Maracaibo, Guayana e Coro, não só resistiam bem à dominação caraquenha como preparavam sua ofensiva; com efeito, o comandante espanhol Monteverde, com efetivos recebidos desde Porto Rico, avançou desde Coro e derrotou o próprio Francisco Miranda, abrindo caminho para a ocupação de Caracas. Condenando a capitulação de Miranda, o próprio Simón Bolívar mandou aprisioná-lo em La Guayra, deixando-o à mercê dos espanhóis vitoriosos. Terminava a Primeira República, que Bolívar chamaria no futuro de "Pátria Boba"; da autocrítica feita em sua "Memória" de 15 de dezembro de 1812 em Cartagena, prenunciavam-se sensíveis mudanças para quando voltasse a enfrentar militarmente aos peninsulares (Bolívar, 1983, p.108).

Enquanto Monteverde procurava conquistar o apoio dos *criollos* da Venezuela, especialmente através da repressão dos negros e "pardos", o

que custaria aos peninsulares a mesma instabilidade social que minara a Primeira República, Bolívar buscava em Nova Granada uma nova organização político-militar que lhe permitisse um enfrentamento com as tropas leais à Independência, como o caso de Fermín de Vargas, que pregara a ruptura dos laços coloniais já em 1791, ou de Nariño, que traduzira e divulgara a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, sem que, no entanto, o setor "criollo" tivesse empenhado esforços concretos para libertar-se da dominação espanhola. Em 1809 houve a revolta de Quito, mas a tentativa feita em Bogotá, capital do vice-reinado, por Nariño foi controlada pelas autoridades. Somente em 1810 o cabildo de Bogotá exigiria a sua equiparação com a Junta Suprema, através da criação de uma Junta local, o que igualmente seria contornado pelo vice-rei. De maio a julho deste ano, no entanto, os cabildos de vários centros periféricos, iniciando pelo de Casanare, decidiram pela dissidência, o que terminaria sendo imitado pelo de Bogotá; isso condicionaria uma grande dificuldade para que a região de Cundinamarca, da qual Bogotá era o principal centro urbano, se impusesse às demais e centralizasse a Independência de Nova Granada.

Com os realistas controlando o sul, Pasto e Popayán, as *plantations* do Alto Cauca e alguns centros do Atlântico, como Santa Marta, as dissidências entre os cabildos recém-auto-proclamados independentes deixavam Nariño, o chefe da República de Cundinamarca sediada em Bogotá, em precárias condições para levar avante a revolução de Nova Granada. E foi esta situação encontrada por Bolívar em fins de 1812. O caraquenho propunha a "guerra a muerte" no enfrentamento com os espanhóis - que seria caracterizado pela crueldade empregada pelas suas tropas -, colocava em dúvida as organizações políticas de tipo federalista - centralismo e autoritarismo seriam a ênfase - e apostava no sucesso de exércitos disciplinados e aguerridos muito mais do que no apoio das massas:

> Eu sinto que, enquanto não centralizarmos nossos governos americanos, os inimigos obterão as mais completas vantagens [...]
> As eleições populares feitas pelos homens rudes do campo e pelos intrigantes moradores das cidades acrescentam um obstáculo a mais à prática da federação entre nós: os primeiros são tão ignorantes que votam maquinalmente; os segundos são tão ambiciosos que convertem tudo em facção. (Bolívar, 1983, p.111)

Mesmo sendo precária a ajuda que poderia receber de Nova Granada, ela foi suficiente para que ele constituísse uma tropa pequena, mas

motivada e treinada dentro dos novos propósitos do general. Como resultado, na rápida campanha iniciada em maio de 1813, foram recuperadas Mérida, Trujillo, Valencia e finalmente Caracas no dia 6 de agosto; apenas Maracaibo e La Guayana continuavam dominadas pelos realistas. Iniciada a Segunda República, Bolívar tratou de impor um governo forte e centralizado, com a consigna da "guerra a muerte" para todos os peninsulares, propondo este antagonismo como o mais importante a ser resolvido pelas sociedades americanas. Desta maneira, não apenas continuou mantendo de fora os grupos subalternos, cujas demandas não foram incorporadas, como reprimiu sanguinariamente quaisquer rebeliões de negros e "pardos".

Enquanto mais uma vez fracassava a tentativa de Bolívar na ampliação da base social da luta pela Independência, seus principais adversários deste período, desconformes que estavam com a excessiva centralização e arbitrariedade do governo, mostravam agora todo seu potencial de luta, até então apenas ensaiado; os "llaneros", chefiados por José Tomás Boves, formando um contingente de sete mil soldados - entre peões e marginalizados do campo, índios, negros e mestiços, dos quais cinco mil montados -, fizeram das cargas de cavalaria uma tática destruidora para o exército bolivariano por mais treinado que fosse. A violência dos "llaneros", que também fizeram sua a "guerra a muerte", deixou um largo rastro de destruição que não poupou nenhum dos centros ocupados, inclusive Caracas, tomada em 16 de julho de 1814. Refugiado na região leste da Venezuela, onde uma população de negros e "pardos" permanecia sublevada, o "Libertador" foi hostilizado em função da política adotada pela Segunda República, emigrando mais uma vez para Cartagena, de onde logo se exilaria na Jamaica e mais tarde no Haiti de Pétion.

Nova Granada, não resolvidas as questões entre Cundinamarca e as demais regiões, permitia a sobrevivência dos focos realistas, como Pasto, que logo comporiam com Quito um bastião capaz de fustigar os independentes. Com Abascal; vice-rei do Peru, como principal referência, a resistência realista estendia-se já no Alto Peru, até o sul de Nova Granada. A prisão de Nariño ainda em 1814 seria um sinal claro dos tempos que viriam; com a Restauração e a volta de Fernando VII, a Espanha podia finalmente agir para recuperar as colônias que se perdiam. Ainda em 1814, um forte exército de mais de dez mil efetivos que chegava à ilha de Margarida ocuparia Caracas em 1815 e até o final de 1816 seria vitorioso sobre todo o território de Nova Granada.

Capitania do Chile: a disputa de Carrera e O'Higgins

Ao contrário dos casos vistos até agora, o Chile era uma região periférica dentro do mundo colonial, subordinada ao Peru no período anterior às reformas burbônicas, tendo depois passado à sujeição pelo novo vice-reinado do Rio da Prata, tendo tais nexos a necessidade de abastecimento das estratégicas minas de Potosí no Alto Peru. Não havia, conseqüentemente, grupos econômicos produzindo para e exportação, como no México, Bogotá ou Caracas, e tampouco tensões muito evidentes em relação à burocracia colonial; essas aumentaram depois de 1804, devido aos derradeiros esforços de arrecadação fiscal promovidos pelos espanhóis, já nas vésperas da queda do Império.

Havia, por outro lado, o isolamento da Capitania, verdadeiramente cercada pelas barreiras naturais dos Andes a leste, e do deserto de Atacama a norte; isto teria condicionado a oligarquia chilena a pensar sua região "como una especie de nación particular, cuya base material hay que encontrar en una economía con ciertas tendências autarquicas" (Mires, 1988, p.115). Esta situação, combinando uma certa estagnação econômica com alto grau de coesão do setor "criollo", não havia provocado maiores problemas em relação à metrópole até que ocorressem os distúrbios de 1810 no vice-reinado do Reino do Prata; em conseqüência da Revolução de Maio, no entanto, o capitão general do Chile, García Carrasco, resolveu preventivamente reprimir qualquer possibilidade de insurreição, aprisionando algumas das pessoas mais notáveis da oligarquia chilena.

Esta atitude inaugurou as hostilidades do cabildo de Santiago em relação a Carrasco, terminando com sua substituição por uma Junta presidida pelo "criollo" Mateo de Toro Zambrano; esta Junta autorizaria a formação do Cabildo Aberto em 18 de setembro - dia que, mais tarde, seria consagrado como a data da Independência nacional -, que decidiria pela convocação de um Congresso de representantes dos diversos centros urbanos do Chile. Não havia nenhum propósito radical sequer nos discursos dos membros da Junta, que insistia no caráter de representação do aprisionado Fernando VII. Os *criollos* mais insurgentes, favoráveis a uma ampliação da base social do movimento de corte republicano e a uma ruptura definitiva com a metrópole, eram minoritários e tinham seus principais vínculos no sul da Capitania, especialmente em Concepción. Destacavam-se entre eles um intelectual, Juan Martínez de Rozas, e Bernardo O'Higgins, filho de um irlandês cujos serviços à Espanha tinham sido recompensados no passado com o cargo de vice-rei do Peru; O'Higgins havia feito seus estudos na Inglaterra, onde teve contato com os autores da Ilustração,

e havia sido cooptado pelo grupo que rodeava Francisco de Miranda, o "Precursor" da rebelião venezuelana.

O congresso chileno, dominado pelos conservadores, não avançou mais do que uma abertura dos portos do Chile ao comércio mundial, o que motivou a ruptura de Rozas e o estabelecimento de uma Junta separada em Concepción. Em Santiago isso seria modificado no final de 1811 com o retorno de José Miguel Carrera, um jovem oficial que fizera sua carreira militar na Espanha; assim como Rozas e O'Higgins, pertencia a uma família muito rica e influente, mas bem mais que estes tinha capacidade de mobilização, sendo "un más eficaz caudillo popular que jefe militar" (Halperín Dondhi, 1985, p.134). Além de dirigir-se aos setores populares, até então mantidos à margem do processo, Carrera conseguiu logo reunir outros jovens da oligarquia chilena, entre eles seus irmãos Juan José e José Luis, conseguindo dissolver o Congresso com um golpe militar. Mais tarde ainda usaria deste prestígio para obrigar Martínez de Rozas ao exílio, ficando a chamada "Patria Vieja" dividida entre as lideranças de Carrera e O'Higgins, este parecendo agora mais confiável à maioria do setor "criollo".

Aproveitando essas dissidências, tropas espanholas enviadas pelo vice-rei do Peru invadiram, o sul do Chile em 1813, tomando Concepción e recebendo o apoio dos *criollos* mais conservadores, muitos deles pró-monárquicos. Mais tarde derrotariam o exército de Carrera em Chillán, o que provocaria a sua substituição no comando por Bernardo O'Higgins. Continuando a seqüência de vitórias, os realistas recusaram propostas de armistício feitas por O'Higgins, o que também produziu sua ruptura definitiva com Carrera e o enfrentamento dos dois chilenos em agosto de 1814. Finalmente, mesmo tentando unir os dois exércitos, os chilenos seriam derrotados em Rancágua, em outubro de 1814; Carrera e O'Higgins, com alguns seguidores, foram obrigados a exilar-se em Mendonza, de onde só retornariam secundando as tropas do libertador San Martín. Os espanhóis foram recebidos com júbilo pelos *criollos* de Santiago, que nunca tinham tido grande ressentimento com as autoridades da metrópole e acompanhavam preocupados as turbulências provocadas pelos líderes mais radicais.

Revolução no Rio da Prata: radicais na cidade e no campo.

O movimento de Independência no Prata seria marcado por alguns fatos: uma recente mas significativa proeminência de Buenos Aires, cujo porto centralizava praticamente todo o escoamento da produção mercantil colonial do vice-reinado; o cosmopolitismo da cidade "porteña", que, a exemplo de Caracas, permitira o acesso das novas idéias da Ilustração;

um contato muito intenso com os ingleses, das invasões ao contrabando disseminado, que fazia dos *criollos* um setor que ansiava pelo livre comércio; uma militarização importante, desde as invasões inglesas, controlado pelos locais, devido ao fracasso das tropas espanholas; e uma problemática fronteira com a colônia portuguesa, em agressivo processo de expansão, agora sediando a própria Corte, que se transplantara para o Brasil fugindo do vitorioso exército de Junot em 1808.

Como resultado, a tomada da Andaluzia pelos franceses repercutiria de diferentes maneiras, produzindo movimentos de corte nitidamente "jacobino" no início e tentativas de Buenos Aires de impor às outras regiões o seu programa; por outro lado, em áreas periféricas reagia-se ao centralismo portenho, com uma tendência crescente às autonomias regionais que não ficaria limitada à divisão existente em grandes intendências. As reações à dominação de Buenos Aires expressaram-se na maior parte dos casos como repúdio ao programa revolucionário inicial, mas houve também manifestações radicais diversas daquelas propostas pelos "jacobinos" portenhos, onde as profundas mudanças estruturais perseguidas eram incompatíveis com o unitarismo.

Não há dúvidas quanto ao papel central que as forças armadas tiveram no desencadeamento do Movimento de Maio, em primeiro lugar porque era "el punto de encuentro de las clases acomodadas criollas con las élites intelectuales de la región" (Halperín Donghi, 1985, p.87). Os chefes dos regimentos e milícias herdadas das invasões de 1806-1807 eram na sua grande maioria representantes da oligarquia local, como Saavedra e Pueyrredón, ou de grupos médios - intelectuais, imigrantes -, como Moreno e os primos Belgrano e Castelli. Além disto, essas tropas tinham sido recrutadas nos setores mais baixos da população - peões, escravos, plebe urbana -, que agora tinham nas forças armadas a sua subsistência e eram aqui o alvo da mobilização dos oficiais *criollos* em relação à quebra dos vínculos coloniais. Assim, quando chegaram as notícias de 1810, os quartéis se tornaram focos da agitação popular e o chefe do primeiro regimento, Cornélio Saavedra, impôs ao vice-rei Cisneros a reunião do Cabildo Aberto, que em 22 de maio designou uma Junta presidida pelo próprio Cisneros.

Esta solução mais convencional não foi do agrado dos *criollos* mais radicais, dos intelectuais e tampouco da multidão, que permanecia mobilizada e clamando pela ruptura, com Saavedra em franca insubordinação e recusando usar suas tropas para reprimir a agitação. Afinal, em 25 de maio, foi afastado o vice-rei e formada uma Junta totalmente constituída por revolucionários, e que seria conhecida a partir de então como Primeira Junta, com Saavedra à cabeça. Marcante seria nela o papel de Mariano Moreno, com cargo de secretário, que imprimia o caráter mais radicalizado da revolução portenha em toda sua trajetória. Paralelamente às tentativas da Primeira Junta em imprimir seu programa às demais regiões do vice-reinado, com as expedições de Castelli ao Alto Peru e de Belgrano ao Paraguai, a revolução em Buenos Aires iniciava o processo de mudanças e em pouco tempo mostraria profundas fraturas entre os juristas.

As medidas iniciais foram tímidas, sendo a mais significativa a abertura do porto ao comércio estrangeiro, que de certa forma era uma disposição anterior de Cisneros e que legalizava uma prática já antiga, o incontrolado contrabando com a Inglaterra e com os portugueses. Houve ainda algumas leis de cunho social, como o estabelecimento da igualdade entre brancos e índios; no entanto, não foi abolida a escravidão, que em Buenos Aires era bastante significativa, e havia omissão em relação à situação dos "pardos". O radicalismo apareceria num documento de Moreno, a "Plan Revolucionario de Operaciones", que aproveitaria o caráter antiespanhol que se vivia em Buenos Aires.

Além de insistir no caráter "americano" da Independência, incluindo algumas páginas sobre as possibilidades de conseguir o apoio da população fronteiriça do Rio Grande e a partir daí a adesão de algumas províncias brasileiras (Moreno, 1975, p.73-83), o plano de Moreno era extremamente duro em relação aos peninsulares e seus eventuais simpatizantes, o que permitiu aos mais moderados equipará-lo ao famigerado Robespierre - a quem Moreno citava sem hesitações - e apontá-lo como perigoso "jacobino". Mais importantes, no entanto, eram as propostas de natureza econômica, fundadas na expropriação dos bens dos peninsulares como base de sustentação do Estado que se criava, tanto no que se referia à manutenção dos exércitos libertadores como no desenvolvimento de uma produção diversificada - agricultura, artesanato - não vinculada ao comércio exterior; seriam fundamentais aqui a nacionalização das minas de prata do Alto Peru, a proibição da evasão de metais preciosos, e a cunhagem de moeda pelo Estado, aconselhando a desvalorização desta para favorecer o comércio exterior (Moreno, 1975, 63-7). Sobre o caráter revolucionário dessas medidas salienta Paso:

> En ese caso se seguía el camino revolucionario de la exprepriación de un sector de las clases opresoras de la colonia a objecto de, al mismo tiempo con las dichas medidas, la economía del naciente Estado al par que se estimulaba al desarrollo de ciertas produciones, especialmente en el interior del país. (Paso, 1965, p.23)

Por outro lado, os líderes mais moderados, entre eles o presidente da Primeira Junta, Saavedra, perdiam espaço de atuação política para os radicais na medida em que os regimentos militares rumavam para o interior para forçar as demais regiões a se atrelarem ao movimento portenho; esta perda de força foi temporária, no entanto, na medida em que a Junta agregou representantes do interior, predominantemente moderados, o que compensou a primiera tendência de radicalização na capital. Isso provocou a renúncia de Moreno, que foi enviado como diplomata para a Inglaterra, tendo falecido durante a travessia. Afastado o principal líder radical, trataram os moderados de fazer a necessária depuração dos elementos mais exaltados.

Ainda em 1810 partia para o Alto Peru a expedição militar comandada por Castelli, um dos tantos revolucionários radicais. No caminho, o exército portenho enfrentou a resistência de Córdoba, onde o cabildo e a Igreja local haviam se manifestado favoravelmente ao Conselho de Regência de Cádiz; ocupando a cidade e passando pelas armas as autoridades recalcitrantes, inclusive o próprio Santiago Liniers, o grande herói da campanha contra os ingleses, as tropas de Castelli ainda encontrariam esparsas resistências em outras regiões. Em novembro de 1810, com a vitória de Suipacha, Castelli penetrou e ocupou praticamente todo o Alto Peru. Tentaria então aplicar no território ocupado uma série de medidas radicais, quase todas voltadas para a população indígena.

As mais importantes foram: repartição gratuita da terra, liberdade de localização e agrupação dos índios, abolição dos tributos e liberdade de comércio; aqui, as medidas tomadas pela Primeira Junta em relação à igualdade dos índios em relação aos *criollos* tinham um notável impacto social, inclusive a liberdade de comércio, que retirava aos encomenderos da região o papel monopolista dos tempos coloniais. Além disso, o livre-pensador Castelli fez do seu exército um instrumento do seu anticlericalismo, desfazendo todos os privilégios e prebendas que tinha a Igreja alto-peruana. Obviamente, se ganhavam a confiança da população indígena, tais atitudes punham de sobressalto os proprietários de terra, como afirma Paso:

> De ahí que la libertad, tal como la entendía Castelli en el conjunto de las disposiciones adoptadas, hería incluso los interesses de las classes altas aderidas a Mayo y estabelecía los elementos de un nuevo derecho, el derecho burgués, aún en las disposiciones de orden económico [...] (Paso, 1965, p.30)

A utopia de Castelli seria encerrada justamente pela reação do setor "criollo", em nada disposto a auxiliá-lo quando iniciou o enfrentamento com as tropas peruanas. Amplamente derrotado pelos realistas em Huaqui, em junho de 1811, Castelli foi obrigado a abandonar o Alto Peru, não recebendo apoio desde Buenos Aires, agora controlada pelos moderados. As guerrilhas persistiram no Peru, esparsas e dirigidas por caudilhos locais, mantendo uma situação de permanente instabilidade para as autoridades peninsulares; as assim chamadas "Republiquetas" sobreviveram até a Independência definitiva do Alto Peru, muitos anos mais tarde. A experiência radical de Castelli, no entanto, jamais se repetiria.

A ação de Belgrano no Paraguai teve um resultado totalmente negativo para as pretensões hegemônicas de Buenos Aires: derrotado militarmente no início de 1811 em Paraguarí e em Tacuarí, por forças irregulares comandadas por proprietários paraguaios que temiam tanto a dominação de Buenos Aires quanto aquela da Espanha colonial a expedição de Belgrano de alguma forma inaugurava o que viria a ser a política do Paraguai, de desconfiança e isolamento em relação aos seus vizinhos. Em 17 de maio de 1811 o Paraguai proclamou sua Independência, tanto em relação à metrópole espanhola quanto a Buenos Aires; foi formada uma Junta que incluía, entre outros, os proprietários Yegros e Caballero e um certo José Gaspar Rodríguez de Francia, filho de um aventureiro paulista que estudara Direito na conservadora Universidade de Córdoba.

Em junho de 1811 foi eleito o Congresso, com representação majoritária de latifundiários, contando ainda com alguns "chacreros", pequenos e médios proprietários em geral associados à cultura do tabaco, e entre os quais crescia a influência de Francia. O predomínio do setor latifundiário causaria a saída de Francia da Junta, e sua volta à cena política ocorreria apenas em outubro de 1811, quando foi nomeado pelo Congresso como negociador paraguaio junto a Belgrano, que retornava de Buenos Aires para formalizar um acordo entre a província dissidente e o porto. Nesta ocasião, foram suprimidos uma série de tributos que gravavam produtos paraguaios, como a erva-mate e o tabaco, legalizou-se a arrecadação de impostos pela Junta e houve o reconhecimento da autonomia do governo de Assunción. Tais medidas reforçavam o apoio dos grandes proprietários à Junta, que vislumbravam melhores possibilidades para o comércio dos seus produtos, sempre dependente do porto de Buenos Aires (Guerra Vilaboy, 1986, p.91-123).

Pouco tempo depois repareceriam as contradições: Francia afastar-se-ia devido ao caráter oligárquico que assumia o governo paraguaio, interessado unicamente em medidas de cunho liberal que facilitassem a comercialização dos seus produtos; e em 1812, a despeito dos acertos entre Francia e Belgrano, Buenos Aires voltaria a cobrar impostos sobre

os produtos paraguaios que passavam pelo seu porto, o que traria uma situação de crise para os latifundiários do Paraguai. Procurando ampliar sua base de apoio, os "terratenientes" uma vez mais chamaram Francia para a Junta, convictos de que este poderia atrair os "chacreros" e as camadas mais baixas da sociedade; isso, no entanto, resultou num novo equilíbrio de forças, com o novo Congresso eleito evidenciando uma posição minoritária dos grandes proprietários. Começava em 1813 a verdadeira revolução no Paraguai.

Em 21 de outubro foi uma vez mais declarada a Independência do Paraguai, com a oficialização dos símbolos pátrios e uma constituição republicana. O poder executivo seria exercido por dois cônsules, com mandatos anuais alternados; eleitos Francia e Yegros, coube ao primeiro o início do governo, confiando no apoio dos pequenos proprietários e camponeses para implementar seu programa "jacobino". A primeira medida de impacto foi o não-envio de deputados à famosa Assembléia do Ano XIII que Buenos Aires convocara; não aceitando esta manifestação de independência, os portenhos responderam com um bloqueio econômico à província rebelde, que tratou de reforçar militarmente suas fronteiras com Corrientes. Iniciava aqui o isolamento do Paraguai, com apenas quatro portos fluviais autorizados para o comércio externo, mais tarde reduzidos ao de Itapúa; esse restrito contato se limitava aos mercadores brasileiros, que inclusive introduziam os produtos argentinos no Paraguai.

Em 1814 Francia atacou comerciantes monopolistas de Assunción, gravando com elevados impostos suas fortunas e tornando o Estado paraguaio herdeiro desses bens. Por outro lado, mesmo que ainda não tivesse tomado medidas contra os latifundiários, a paralização do comércio condenou progressivamente os grandes produtores. Depois, já aclamado como ditador, Francia desenvolveria uma política protecionista em relação ao artesanato paraguaio, paralelamente ao monopólio estatal das exportações. Houve confisco de algumas propriedades, incorporadas ao patrimônio do Estado, mas não de maneira tão importante; a oligarquia paraguaia desapareceria pela retirada de seus privilégios, como afirma Halperín Donghi:

> Aunque ni la élite mercantil ni la terrateniense fueron destruidas, sus lucros se vieros limitados y su marginación política no pudo ser más completa. En esto pronto dejaron de diferenciarse del resto de la sociedad paraguaya(...) (Halperín Donghi, 1985 p.277)

Significativo seria o enfrentamento com a Igreja, iniciado com a laicização do Estado, limitação das atividades do clero e abolição da Inquisição e dos dízimos. Mais tarde seriam estatizadas as terras da Igreja e seus arrendatários tornados proprietários livres. A expropriação dos bens eclesiásticos provocou grave cisma entre o governo de Francia e o Vaticano, culminando com a submissão do clero paraguaio ao Estado, que pagava os religiosos como funcionários. Mais tarde, já como "Dictador Perpetuo", os bens da Igreja seriam a base para a formação das "estancias patrias", que concentrariam grande parte da população rural do Paraguai. Até sua virtual destruição pela guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai seria a única nação latino-americana que eliminara totalmente a oligarquia fundiária e a Igreja.

Ao contrário do Paraguai, marcado desde abril de 1811 pelo isolamento em relação a outras regiões do vice-reinado, a Banda Oriental viveria a sua revolução da Independência em meio a um quase permanente conflito entre realistas, portenhos que procuravam submeter os orientais à centralização de Buenos Aires, luso-brasileiros sequiosos pela ampliação da fronteira meridional e praticamente toda a população da campanha uruguaia, que seguia o programa autonomista e transformador comandado por José de Artigas. Como resultado, a Banda Oriental foi cenário da mais radical experiência agrária ocorrida na América do século XIX, com efeitos em todo o "litoral" argentino e também na província brasileira do Rio Grande.

Diferentemente de outros líderes platinos - tais como Moreno, Belgrano, Castelli e Francia -, Artigas não tivera uma formação intelectual apurada, tampouco pertencia às principais oligarquias orientais. Oriundo de família de proprietários, porém muito numerosa, Artigas precisou, desde jovem, ganhar a vida fora da estância paterna; fez sua carreira "faenando" gados na campanha oriental e praticando o contrabando na fronteira com os portugueses. Mais tarde seria engajado no Cuerpo de Blandengues, uma milícia que se destinava à repressão do contrabando e a perseguição dos "vagos" da campanha. Artigas reúnia, em suma, aquelas principais características que definiam um caudilho chefe de "montoneras", com experiência de comando, conhecimento pleno do território, domínio total das táticas de uma guerra de movimento e prestígio pessoal entre a população rural. Somaria a isso sua experiência como auxiliar do ilustrado espanhol Félix de Azara no povoamento do Batoví (atual São Gabriel, no Rio Grande do Sul), quando este preconizava a ocupação da terra na forma de pequenas propriedades individuais, com diversificação da produção e incentivo às manufaturas e ao comércio (Azara, 1969, p.443-457).

Quando explodiu o movimento revolucionário de 1810 em Buenos Aires, desde há muito existia uma rivalidade entre os comerciantes desta cidade e os de Montevidéu, que aparecia como uma alternativa muito interessante para o escoamento da produção de toda a bacia do Prata. Assim, o setor "criollo" de Montevidéu posicionou-se favoravelmente ao oficial espanhol Javier de Elío, que negou-se a atacar o governo portenho e manteve-se fiel à releza. A população rural, no entanto, em fevereiro de 1811 manifestou-se pela autonomia da Banda Oriental no chamado "Grito de Asencio" e mobilizou-se militarmente às ordens de Artigas; em maio, com a vitória em Piedras, as tropas artiguistas, somadas às de Rondeau, vindas de Buenos Aires, derrotavam os peninsulares e iniciavam o cerco a Montevidéu.

Estando a campanha totalmente dominada por Artigas, não vacilou Elío em pedir auxílio à Corte portuguesa no Rio de Janeiro, tendo sido a Banda Oriental invadida por quatro mil soldados luso-brasileiros; isso atemorizou os portenhos, que em outubro de 1811 firmaram um pacto de não-agressão com Elío, abandonando os artiguistas à sua própria sorte. Para reagrupar suas tropas e reabastecê-las, Artigas realizou a histórica retirada para Entre Ríos, tendo sido acompanhado na travessia do Rio Uruguai por toda a população do campo oriental, aproximadamente vinte mil pessoas: esta marcha, conhecida como Êxodo do Povo Oriental ou "La Redota", na qual todos "ouvem só a voz de sua liberdade, e unidos em massa marcham levando suas ternas famílias a esperar melhor oportunidade para voltarem a suas antigas ocupações" (Artigas, 1971, p.77), era uma prova incontestável da liderança que exercia Artigas entre a plebe rural, apontando-o como uma das principais chefias deste período. A partir de então, sua influência alcançaria Entre Ríos, Corrientes, Santa Fé e algumas áreas de Córdoba, e além de autonomia entrariam no jogo uma série de pautas sociais.

Em Buenos Aires, o ano de 1811 foi marcado pelas disputas entre moderados e radicais, sem um claro predomínio de um grupo sobre o outro. Com a saída de Saavedra, para operações militares no norte argentino, reuniu-se o Cabildo Aberto, que elegeu um Triunvirato, que desfez a Junta e tornou-se governo de fato. Desgastado pelas disputas e pela repressão extremada ao que parecia ser uma conspiração realista, quando foi executado o prestigiado Martín de Alzaga, que havia organizado a resistência aos ingleses em 1807, o Triunvirato seria solapado por *criollos* que retornaram da Espanha em fins de 1811, militares profissionais que tinham projetos muito definidos em relação ao prosseguimento da guerra de Independência, tanto em Buenos Aires como nas demais regiões do vice-reinado; a entrada em cena de Alvear e San Martín deu outro ritmo aos acontecimentos do Rio da Prata.

Esses quadros emergentes, que procuravam a "carreira da revolução", tratariam de organizar a política portenha de forma a garantir estabilidade e permitir a ampliação da produção e do comércio externo. Formando uma sociedade secreta, a Loja Lautaro, infiltraram-se por todas as instituições portenhas, congregando morenistas e moderados, aplainando diferenças ideológicas em função dos interesses comuns a estancieiros, comerciantes e financistas. Depois de abril de 1812, quando uma negociação britânica conseguiu a retirada dos portugueses da Banda Oriental, ficara muito clara a necessidade de tomar Montevidéu aos realistas sem permitir espaços para as "montoneras" da Artigas; reiniciava o cerco à cidade sob o comando de Sarratea, ele próprio um dos membros do Triunvirato, enquanto as tropas de Artigas lentamente retomavam as escaramuças na campanha oriental. No final de 1812 os militares da Loja Lautaro derrubam o Triunvirato e apoiam a formação de um novo, do qual seria secretário Bernardino Rivadavia; esse novo governo encaminharia a Assembléia do Ano XIII, órgão representativo encarregado de elaborar a Constituição para o Estado que se formava.

A Assembléia, apesar de adotar medidas contra o que ainda restava do Antigo Regime - lei de ventre livre, proibição do tráfico de escravos, abolição da Inquisição, proibição de ordenações para menores de trinta anos -, não foi capaz de proclamar a Independência e favoreceu quase que exclusivamente os grupos dominantes de Buenos Aires. Os deputados orientais mandados por Artigas, com orientação firme em relação à organização republicana da corte federalista, que contemplasse os interesses provincianos, sequer foram admitidos na Assembléia. A única herança morenista foi a manutenção do caráter continental da luta independentista, sendo Buenos Aires fiadora das expedições que se organizassem, de acordo com o papel centralizador que agora ficava muito explícito. Assim diz Sala de Touron:

> Son centralistas, pero no a la manera jacobina de la revolución de mayo - que para cumplir la tarea revolucionaria descontó las resistencias locales y regionales, caldo de cultivo para la reacción colonial - sino para imponer la dictadura del capital comercial y de los terratenientes bonaerenses y, sobre todo, para garantizar la acumulación privilegiada de los sectores políticos dominantes. (Sala de Touron, 1978, p.58)

Foi retomado o avanço no norte, com Belgrano comandando vitoriosamente o exército até a ocupação de Potosí; a reação das tropas rea-

listas, novamente reocupando o Alto Peru, nunca mais comprometeria a segurança da fronteira de Salta, onde o caudilho local Martín Güemes, grande mobilizador dos *gauchos* saltenhos, manteria o território da atual Argentina livre de investidas espanholas. Ainda nessas operações na fronteira norte, San Martín, que por breve tempo ocupou o posto de Belgrano, dar-se-ia conta da impossibilidade de atacar com vantagens os peninsulares a partir de Salta entrando pelo Alto Peru; abandonando o Exército do Norte pela Intendência de Cuyo (atuais províncias de Mendoza, San Juan e San Luís), onde encontraria os exilados da "Pátria Vieja" chilena, o futuro Libertador desenvolveria seu plano de libertação do Chile, para mais tarde atacar o Peru.

Em junho de 1814 o exército portenho sob comando de Alvear conseguiu a tão sonhada ocupação de Montevidéu, varrendo do Prata as últimas resistências realistas. Artigas, que retirara seu apoio ao sítio de Montevidéu devido ao cisma que persistia desde a Assembléia do Ano XIII, controlava totalmente a campanha oriental, aguardando o desfecho dos acontecimentos na capital. Os problemas provocados pela ocupação portenha, com desmandos e saques, atritaram as forças de Alvear com os *criollos* montevideanos, resultando na entrega da cidade para os artiguistas no início de 1815: chegava a hora e a vez de Artigas, em condições de impor seu programa de transformações para toda a Banda Oriental.

Tornando-se o núcleo de uma reação contra o exacerbado unitarismo de Buenos Aires, as províncias do "litoral" juntaram-se à Banda Oriental formando a Liga Federal e fazendo de Artigas o "Protetor"; toda a região da "pampa húmeda" voltada para a pecuária, exceto Buenos Aires, apostava na recuperação econômica possibilitada pelo fim da mobilização militar e na reorganização do comércio externo pelos portos de Montevidéu, Maldonado e Colônia como alternativa para a rapacidade da aduana portenha. O projeto artiguista de uma confederação que agregasse toda a "mesopotâmia" platina colocava em sério risco não só os anseios dominadores de Buenos Aires como sua própria proeminência econômica fundamentada na exportação dos produtos pecuários.

Mais que isso, o programa agrário traria pesadelos aos estancieiros de Buenos Aires. As tropas irregulares de Artigas, com seus *gauchos*, escravos libertos, índios guaranis e até charruas, que tinham por certo causando espanto as elites urbanas, seriam o alvo dos principais benefícios do famoso "Reglamento" de setembro de 1815, às custas dos proprietários e comerciantes espanhóis e portenhos, ou mesmo de orientais que hovessem pactado com os adversários, os "malos europeos y peores americanos" (Artigas, 1971, p.155). As expropriações de terra possibilitaram a distribuição de "suertes

de estancia" entre os despossuídos, que seriam povoadas pelo gado igualmente confiscado aos inimigos; havia ainda uma preocupação muito clara com a recuperação dos rebanhos, fundamental para a retomada do comércio externo, prevenindo o abate clandestino e a extração dos couros. Para reativar ao máximo as atividades econômicas da campanha, limitou a ação dos comerciantes estrangeiros aos portos, preservando o comércio interno aos nacionais; atingia com isto uma série de especuladores e abastecedores que haviam feito fortuna durante os anos da guerra.

As terras distribuídas, que eram inalienáveis sob pena de reverte-
rem para o controle do Estado, objetivaram a formação de um mosaico
de pequenas propriedades, cuja produtividade poderia ser muito superi-
or àquela dos latifúndios tradicionais; além disso, a *vagancia* tenderia ao
desaparecimento com a ocupação de toda a população produtiva nas ati-
vidades rurais. O golpe de morte na grande propriedade visava os mais
desfavorecidos da população da campanha, como diz o artigo sexto do
"Reglamento" de Artigas:

> [...] que los más infelices sean los más privilegiados. En consequencia los negros libres, los sambos de esta clase, los indios, y los criollos pobres podran ser agraciados en suertes de estancia [...] (Artigas, 1971, p.152)

O programa agrário de Artigas, colocado em marcha em 1815 e
na primeira metade de 1816, provocou tremores em Buenos Aires e
no Rio Grande, áreas vizinhas de economia pecuária baseada na gran-
de estância, nos comerciantes de Montevidéu, muitos dos quais pro-
prietários e já sujeitos a contribuições forçadas, e terminaria por afas-
tar de suas hotes diversos "terratenientes" que o tinham seguido para
evitar a dominação dos unitários portenhos. Buenos Aires preocupa-
va-se ainda com a concorrência econômica que a Banda Oriental re-
cuperada poderia fazer. Alvear, que no retorno à capital portenha ha-
via sido designado como Diretor Supremo em lugar do Triunvirato,
já caíra devido à crise que se avizinhava com a perda de influência
no "litoral"; no seu lugar, Pueyrredón resolveria de maneira pragmá-
tica a questão, acertando com os portugueses uma nova invasão da
Banda Oriental. Em agosto de 1816, tropas profissionais veteranas das
guerras européias, comandadas por Lecor, ocuparam a região costei-
ra até a tomada de Montevidéu, onde foram aclamadas com júbilo
pelos grupos dominantes na capital; os rio-grandenses com suas mi-
lícias irregulares penetravam pela campanha, forçando aos artiguis-
tas a uma guerra defensiva.

Os combates seriam finalizados apenas em 1820, com a adesão aos portugueses de alguns dos chefes artiguistas, enquanto outros se exilaram nas províncias argentinas. A Liga Federal de Artigas ainda combateria em Entre Rios, obtendo uma vitória sobre Buenos Aires em Cepeda; os caudilhos artiguistas vitoriosos, Ramirez, de Entre Rios, e Estanislao Lopez, de Santa Fé, ao tratarem a paz com os portenhos derrotados não lhes impuseram como cláusula a exigência do "Protetor" de abrir hostilidades contra os ocupantes da Banda Oriental. Isso provocou a ruptura de Artigas com estes aliados, sendo combatido e derrotado por Ramírez e obrigado ao exílio no Paraguai de Francia. Afastado o perigo artiguista, restariam muitos combates por autonomia, mas jamais haveria um projeto agrário voltado para os "de abajo" no Prata.

A emancipação conservadora: 1815-1824

Nova Espanha: a contra-revolução faz um Império

Os conturbados anos de atuação de Hidalgo e Morelos haviam deixado nos *criollos* mexicanos uma profunda desconfiança em relação a qualquer mudança de cunho progressista. Assim, quando em 1814 retorna ao trono espanhol o rei Fernando VII e torna sem efeito a Constituição liberal de 1812 e demais atos das Cortes gaditanas, o que significava a restauração do absolutismo, tais novas causaram entusiasmo entre os grupos dominantes mexicanos. Era preferível a situação colonial anterior a 1808 que os riscos de uma explosão social como aquelas enfrentadas ao longo da década, especialmente porque eram restauradas as diferenças de casta e a cobrança de tributos e a Igreja voltavam a vigiar a sociedade com braço inquisitorial.

Por outro lado, os *criollos* haviam enfrentado os distúrbios camponeses com milícias formadas regionalmente, cuja finalidade era muito mais voltada aos chefes que às autoridades peninsulares; a paz mexicana era garantida por forças armadas que afiançavam as posições sociais alcançadas ao longo das lutas, o que implicava sempre em risco para a metrólpole, incapaz de controlá-las à distância. Justamente os *criollos* à frente de suas milícias provocariam a secessão da Nova Espanha quando não vissem mais na metrópole a fiadora das relações do Antigo Regime pelas quais tão fielmente tinham lutado.

Tal situação seria mantida até 1820, quando um movimento liberal na Espanha obrigou Fernando VII a restaurar a Constituição que as Cortes haviam promulgado em Cádiz em 1812, o que significava para os grupos dominantes mexicanos o retorno de uma estabilidade que poderia trazer novamente o fantasma da revolução social. Tornando-se o controle metropolitano um fator irrelevante, a contra-revolução na Nova Espanha foi um movimento promovido pelos *criollos* apoiados no poder militar que tinham adquirido, resultando numa independência de quem já não podia impedir as mudanças no mundo colonial. Afirma acertadamente Timothy Anna que "en México (y América Central), la reinplantación de la Constitución constituyó la última evidencia da la irrelevancia del rey de la metrópoli; y ello dio paso a los actos finales de la independencia" (Anna, 1991, p.67).

Agustín de Iturbide, que não era um dos representantes dos principais grupos *criollos*, mas alguém que tinha feito a carreira das armas na repressão à insurreição de Hidalgo, foi o detentor do prestígio e das forças necessárias para encabeçar a defesa da sociedade "decente" mexicana. Quando anunciou o seu "Plan de Iguala", em fevereiro de 1821, no qual formalmente o México se separava da metrópole, eram claras as prerrogativas dos proprietários, comerciantes e até dos funcionários, bem como todos os privilégios da Igreja Católica; a Nova Espanha constituir-se-ia num Império independente, sendo obedecidos os preceitos da Constituição de Cádiz enquanto não fosse elaborada uma própria. Iturbide seria empossado como imperador, cooptando para esta solução conservadora antigos combatentes como Guerrero e Guadalupe Victoria. A revolução no México só viveria novos espasmos com o movimento liberal de Benito Juárez, na segunda metade do século.

Gran Colombia: Bolívia e o sonho continental

O exílio antilhano de Bolívar traria algumas modificações na forma como pensava a América Latina e a revolução da Independência: se insistia na necessidade de um poder centralizado e forte, devido ao despreparo a que a herança colonial condicionara os latino-americanos para as instituições liberais e democráticas - como já o manifestara na "Memória" de Cartagena -, o Liberador pensva agora na independência como um movimento de âmbito continental que resultasse na formação de uma grande nação. Isto aparece explicitamente na "Carta da Jamaica", de setembro de 1815:

> É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo. Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar. (Bolívar, 1983, p.88)

Além desse aspecto, a passagem de Bolívar pelo Haiti republicano do mulato Pétion fê-lo comprometer-se a extinguir a escravidão africana nas regiões que fossem libertadas da sujeição colonial. Esse compromisso implicaria na incorporação de outros grupos fora do setor "criollo": além dos negros - que receberiam manumissão ao serem admitidos no exército bolivariano - e "pardos", passaram a ser objeto das atenções de Bolívar os "llaneros", que tinham sido decisivos para o fracasso militar da Segunda República na Venezuela.

Por outro lado, a restauração realista na Venezuela e em Nova Granada fora marcada por uma ação muito agressiva, procurando liquidar quaisquer pretensões autonomistas: além de muitos confiscos, que atingiam diretamente os *criollos*, não havia sido atendidas as pretensões dos negros e "pardos", que por diversas vezes tinham combatido a favor dos peninsulares; os "llaneros", por sua vez, afastados da tomada de decisões, passaram a fazer dos espanhóis as vítimas de suas expedições de saque. Caberia a Bolívar buscar uma composição com esses grupos e ampliar a base social da luta pela Independência.

Tais propósitos não seriam alcançados com facilidade. Após uma tentativa fracassada em fins de 1815, Bolívar desembarcaria em Guayana, na bacia do Orinoco, onde precisou negociar com lideranças negras e "llaneras": os primeiros eram comandados pelo "pardo" Manuel Piar, que veio a ser um dos principais generais do Libertador antes de atritar-se com este e ser fuzilado em 1817; já a cavalaria dos "llanos" obedecia a José Antonio Páez, nos mesmos moldes que anteriormente o fazia em relação a Boves, o que exigiu de Bolívar um tratamento de igualdade com o aliado, jamais submetido à disciplina dos exércitos regulares. Como resultado inicial foi obtida a conquista de Angostura, porto do Orinoco, que garantiria um acesso aos mercados externos, fundamentais ao abastecimento das tropas: inaugurava-se aqui a Terceira República em terras da Venezuela.

O mulato Piar, cuja atuação fora decisiva para a tomada de Angostura, propunha-se a ser o único chefe dos negros e "pardos", o que obrigou Bolívar justiçá-lo, alegadamente por tentar transformar a luta pela Independência num confisco puramente racial (Mires, 1988, p.139); em contrapartida, assumia o Libertador, na medida em que ele próprio seria o condutor dos escravos libertos, mais uma vez o compromisso de eliminar da sociedade venezuelana as diferenças de castas, além de proporcionar ao exército as oportunidades para a ascenção desses novos seguidores. A aproximação com os "llaneros", que atingia o primeiro plano na estratégia de Bolívar, baseava-se na prática de seus chefes - incluindo aqui Antonio Páez - de distribuir as terras dos inimigos que fossem

conquistadas. É bem perceptível que os métodos tão rígidos de quem fora um típico representante dos interesses dos *criollos* adaptavam-se às necessidades de incorporação de combatentes de distinta procedência social, logo com distintas demandas.

A região do Orinoco, base das sortidas militares para a libertação da Venezuela, seria também uma primeira experiência de organização republicana com bases constitucionais; de acordo com os pressupostos de Bolívar, deveria haver um controle pelas "classes decentes" do processo político, pela falta de preparo da população latino-americana para a democracia plena. Dizia ele no "discurso de Angostura", na instalação do Congresso, em fevereiro de 1819:

> Não aspiremos ao impossível; que não seja preciso, para nos elevarmos sobre a região da liberdade, descer à região da tirania. Da liberdade absoluta chega-e sempre ao poder absoluto - o meio-termo é a suprema liberdade social. (Bolívar, 1983, p.130)

Poder executivo forte, eleito por critérios censitários, era a recomendação básica para a organização das nações que emergiriam com a Independência. Afiançadas as raízes da Independência da Venezuela, e tendo em vista as dificuldades para a ocupação total da mesma, Bolívar articulou a campanha sobre Nova Granada, onde os peninsulares estavam mais debilitados e não esperavam uma ofensiva. Ainda assim era grande a desproporção entre as tropas de Bolívar, que somadas às neogranadistas de Santander e aos voluntários britânicos alcançavam a aproximadamente dois mil homens, e o exército realista,que contava com cem mil efetivos (Halperín Donghi, 1985, p.177). Valeria nessa ocasião a convicção do Libertador em relação ao treinamento e à formação de soldados aguerridos, a que se somava a audácia das operações bélicas, como mais importantes que o número de combatentes. Atravessando a planície de Casanare na estação das chuvas e em seguida os Andes de Nova Granada, numa incrível marcha que custou grandes perdas, Bolívar surpreendeu os realistas; após uma série de vitórias ganharia a decisiva batalha de Boyacá, entrando em Bogotá em 10 de agosto de 1819.

Mesmo faltando ainda libertar o sul e o norte de Nova Granada, boa parte da Venezuela e Quito, Bolívar lançava já os fundamentos da Grán Colombia no Congresso de Angostura, em dezembro de 1819. No ano seguinte, o retorno da Constituição gaditana de 1812 tiraria muito do ânimo dos exércitos peninsulares, com as autoridades espanholas empenhadas mais em negociar com os independentistas do que reprimir as insur-

reições. Tendo como centro das ações Nova Granada, a libertação das demais regiões do antigo vice-reinado foi feita com vagar e prudência: a Venezuela caiu com a vitória em Carabobo, em junho de 1821, e a tomada de Caracas, ocorrida pouco depois; o litoral de Nova Granada e o istmo do Panamá vieram em seqüência, bem como Popayán, no sul; Quito foi ocupada após a vitória do general venezuelano Antonio José de Sucre na batalha de Pichincha, em maio de 1822, depois que este já assegurara a fidelidade de Guayaquil.

Quando ocorreu em 27 de julho de 1822 a célebre Conferência de Guayaquil entre Bolívar e San Martín, o Libertador que vinha do sul, o primeiro falava como representante de uma Grán Colombia que se forjara ao longo de anos de luta contra os espanhóis. Mais que um projeto político sancionado por diferentes Congressos, esta Colômbia resultara de uma árdua campanha em que neogranadinos, venezuelanos e equatorianos combateram nas diversas regiões do vice-reinado, amalgamados contra um inimigo comum. É correto o que afirma Bushnell:

> La unión de todos los territorios del virreinato de Nueva Granada en una sola nación fue proclamada por el Congresso de Angostura, el 17 de diciembre de 1819; esta decisión se avenía no sólo con los deseos expressos de Bolívar, sino con la situación existente: con Nueva Granada sin distinción, Bolívar iba de una a la otra, forjando una unidad militar que sólo necessitaba recibir forma y legitmidad políticas. (Bushnell, 1991, p.111)

Chile e Peru: A revolução Platina transpõe os Andes

As províncias Unidas do Rio da Prata mostraram no ano de 1816 não apenas uma precaríssima união como um predomínio dos conservadores: já perdido o Paraguai, entregara-se a Banda Oriental à ocupação luso-brasileira; em Buenos Aires, ao mesmo tempo em que se articulava o livre comércio com os estrangeiros, buscava-se uma centralização obsessiva, onde o elemento-chave era o controle aduaneiro do único porto; no interior, as antigas intendências se fracionavam numa multiplicidade de províncias. As províncias no Prata seriam formadas a partir de cidades com passado colonial como centro comercial, político ou ambos, com áreas rurais dominadas por estes centros, concentrando minimamente os elementos sociais capazes de garantir a ordem interna: há aqui um estreitamento da coesão política, reduzindo-se o papel das instituições políticas, emergindo o controle dos produtores mercantis como caudilhos provinciais (Chiaramonte, 1991, p.27).

Com tantos problemas de organização interna, que se refletiriam no Congresso de Tucumán, que formalizou a Independência, mas não obteve a adesão à Constituição de vários dos caudilhos provinciais, ainda assim as Províncias Unidas sustentariam a expedição de San Martín ao Chile. Para tanto fora fundamental assegurar a fronteira da Salta contra os ataques realistas, onde assumiu um papel de destaque a liderança local de Martín de Güemes, um caudilho invasor em Mendoza, apoiado materialmente pelo Director Pueyrredón desde Buenos Aires.

Além da suposição de que o Chile libertado daria mais suporte para investir contra o Peru, a travessia dos Andes teria aqueles mesmos elementos de audácia e surpresa com os quais contou Bolívar ao invadir Nova Granada. Com 5.500 efetivos, dos quais um terço constituído por escravos libertos em Buenos Aires por requisição de Pueyrredón, sendo os demais recrutados por San Martín em Cuyo, além dos chilenos exilados, San Martín atravessou os Andes em janeiro de 1817 e em 12 de fevereiro derrotou os espanhóis em Chacabuco, confinando os realistas a alguns bolsões de resistência no sul e centro do Chile. Dando seu apoio formal a O'Higgins, um chefe militar mais competente e uma liderança mais confiável para a oligarquia chilena, o Libertador definia a disputa pelo controle do novo Estado, afastando do centro das decisões Carrera e seus irmãos.

Haveria ainda um enfrentamento decisivo com os realistas em Maypú em abril de 1818, mas os principais problemas seriam internos. No posto de Director Supremo, O'Higgins tratou de aplacar qualquer oposição ao seu mando, o que incluiu a execução dos Carrera e de Manuel Rodríguez, muito popular por ter mantido uma luta de guerrilhas quando o Chile estivera sob controle dos espanhóis. Dotando o Chile de uma Constituição autoritária, e com um legislativo que apenas confirmava suas decisões, O'Higgins paulatinamente enfrentaria a oposição da oligarquia chilena, no que jogou um papel importante a depauperada situação econômica do país, comprometido ainda com a sustentação da expedição de San Martín ao Peru.

O exército do Libertador, que se recusara a intervir na crise política das Províncias Unidas, partiu de Valparaíso em agosto de 1819 formado por cinco mil soldados, além de contar com uma marinha de guerra composta por mil homens sob o comando do mercenário inglês Lord Cochrane. Sabendo serem esses efetivos insuficientes para uma campanha fulminante, San Martín optou por uma ação cautelosa, onde era importante conseguir a adesão dos *criollos* peruanos, a oligarquia mais conservadora do continente; além de ser ele mesmo temeroso de mudanças sociais profundas, a sua fugaz experiência comandando o Exército do

Norte no Alto Peru conscientizara-o da importância do apoio dos grupos dominantes. Desta maneira, "para cumplir sus objectivos, San Martín elaboró una política relativamente compleja. Por una parte dio garantías a los criollos peruanos de que el ejército respetaria sus condiciones; por otra prometió proteger a la oligarquía frente a cualquer intento de sublevación de las subalternas" (Mires, 1988, p.124).

Desde o início das operações no Peru, com a tomada de Pisco em setembro de 1820, San Martín dedicou-se a uma guerra de desgaste e a muitas negociações com os *criollos* peruanos e com as próprias autoridades espanholas. Foi importante nesta conjuntura o movimento liberal na Espanha, que restaurou a Constituição de 1812, o que descontentou muitos setores da oligarquia peruana que não poderiam mais contar com a metrópole para garantir a estratificação social na colônia. As operações militares consistiram no isolamento de Lima da região serrana por San Martín, enquanto Cochrane bloqueava as comunicações pelo Pacífico; a intransigência do vice-rei, que insistia numa resistência na cidade praticamente sitiada, ocasionou sua substituição pelos próprios militares peninsulares, que terminaram por abandonar Lima, tratando de reforçar as áreas realistas no altiplano. Em julho de 1821 San Martín entrava na capital e proclamava a Independência do Peru; dois meses depois caía o porto da Callao.

A reabertura do comércio não traria resultados imediatos para uma esperada recuperação econômica, visto que a produção serrana estava desconectada pela presença dos realistas no altiplano; por outro lado, as *plantations* costeiras ressentiam-se das medidas de Monteagudo, o braço direito do Libertador, que estabeleceu a lei do ventre livre e a liberdade para escravos engajados no exército. O governo de San Martín ainda descontentaria os *criollos* com o decreto em que suspendia o trabalho compulsório dos indígenas:

> Fica extinto o serviço que os peruanos antes conhecidos pelos nomes de "índios" ou "nativos" prestavam sob a denominação de "mitas", "pongos", "encomiendas", "yanaconazgos" e toda espécie de servidão pessoal, e ninguém poderá forçá-los a que sirvam contra a sua vontade. (San Martín, 1990, p.67)

O pouco entusiasmo dos grupos dominantes, a ausência de propostas que atraíssem os dominados e a presença de um exército de ocupação formado por milhares de chilenos e argentinos que precisavam ser sustentados pelos limenhos, foram fatores que jamais permitiram ao Libertador assenhorar-se totalmente do Peru. Além disso, a guerra de desgaste, que

tencionava seguir praticando tendo escassos resultados de maior repercussão. Assim, quando aconteceu o encontro de Guayaquil com Bolívar, em julho de 1822, San Martín era um comandante já no ocaso enquanto o caraquenho vivia o auge de sua trajetória. O afastamento e posterior exílio de San Martín, abrindo espaço para a campanha peruana de Bolívar, obedecia a uma lógica: as dúvidas que tinha o primeiro em relação ao seu título de "Protector" do Peru e a avassaladora capacidade militar do segundo.

Alto Peru: a guerra de Independência chega ao seu final

Durante mais de um ano a situação no Peru permanecia indefinida, com os espanhóis concentrados na região serrana e no Alto Peru, comandados pelo vice-rei De La Serna. Em Lima, o "criollo" peruano Riva-Agüero tentava impor-se como organizador do exército de Independência, ao mesmo tempo em que enfrentava dificuldades no Congresso formado pelos seus pares. Somava-se a isso a presença de tropas chilenas e argentinas, refratárias a um comando que desconheciam, e podendo amotinar-se a qualquer momento. O Congresso convidara formalmente Bolívar em 1813, depois que uma fugaz reocupação de Lima, pelas forças realistas, havia tornado caótica a crise peruana; já com a vanguarda de Sucre ocupando Callac, o Libertador entrou na capital e passou a organizar a ofensiva final.

Fazendo seu ponto de partida as serras do norte peruano, Bolívar e Sucre trataram mais uma vez de compor um exército continental, onde aos aproximadamente três mil argentinos, chilenos e peruanos somavam-se os seis mil trazidos da Grán Colombia (Halperín Donghi, 1985, p.180); era uma formidável máquina de guerra para essa época, mas que necessitava de treinamento e disciplina para agir com eficiência. Apenas em 1824 o avanço das tropas de Bolívar veio pelo altiplano, obtendo uma vitória decisiva em Junín em agosto; permanecendo o Libertador em Lima, envolvido com a complicada política local, coube a Sucre derrotar os espanhóis na batalha de Ayacucho, em dezembro de 1824.

Os espanhóis remanescentes, sob a chefia do absolutista Olañeta, buscavam refúgio no Alto Peru, onde livravam algumas escaramuças com as guerrilhas das "republiquetas". Caberia ainda a Sucre, que apoiou-se nessas esparsas resistências à dominação espanhola, derrotar os resquícios do exército realista em abril de 1825. A Independência do Alto Peru trazia um problema de difícil solução, visto que havia feito parte do vice-reinado do Peru e mais tarde daquele do Rio da Prata; não havendo pretensões de Buenos Aires, envolvida nos conflitos da Cisplatina, e tampouco capacidade da oligarquia peruana em assumir o controle das elites altoperuanas, estas reuniram-se em Chuquiasca, que teria seu nome

mudado para Sucre, e proclamaram a Independência do Alto Peru como República de Bolívar, logo Bolívia.

A partir de então, Bolívia, Peru e a Grán Colombia tentariam a formação da Confederação dos Andes, o grande sonho de Bolívar. Os insucessos desta tentativa e a progressiva desilusão do Libertador, no entanto, já fazem parte de outro capítulo da história americana.

O LEGADO DAS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

Os quinze anos de guerra que em momentos diferentes atingiram os países da América Latina tiveram, de acordo com as raízes coloniais, com articulação das potências mundiais com a radicalização dos movimentos independentistas, resultados desiguais na configuração dos futuros Estados nacionais que emergiriam. Bushnell aponta as conseqüências em relação à demografia, os grupos sociais, a organização produtiva, a fuga dos capitais e o endividamento externo que de forma distinta atingiram as nações que se formavam (Bushnell, 1991, p.118-23), o que parece ser um adequado ponto de partida para refletir sobre a Independência.

O impacto demográfico das guerras foi bastante assimétrico. Desde uma Venezuela - teatro quase permanente de guerras de 1810 a 1821, com enfrentamentos entre *criollos*, realistas, "llaneros" e escravos, com muitas perdas humanas e migrações importantes - até o Paraguai - onde as perdas foram mínimas e o isolamento aconteceu praticamente a partir de 1811 -, as situações foram muito diversas. É necessário considerar aqui aquelas mudanças transitórias, mas de grande significação, como o Êxodo do Povo Oriental, que esvaziou a campanha uruguaia e foi a primeira afirmação de Artigas no intrincado jogo político do Prata.

As alterações demográficas não podem ser vistas apenas de forma quantitativa, mas referidas aos diversos grupos sociais que compunham as sociedades latino-americanas. Houve, obviamente, uma generalizada fuga de peninsulares, autoridades coloniais ou comerciantes beneficiados pelo monopólio, que podia ser de uma região para outra ou diretamente para a Espanha; esses "godos" ou "gachupines" normalmente acompanhavam-se de *criollos* beneficiados pelo pacto colonial, dos quais vários retornaram após a estabilização dos respectivos países. Ainda em relação aos grupos dominantes, foi evidente a redução de importância do clero, com a expropriação de muitos bens da Igreja e afastamento dos eclesiásticos de mais alta hierarquia - invariavelmente defensores dos privilégios que auferiam nos tempos coloniais -, o que

repercutiria quantitativamente até meados do século; por outro lado, aumentaria em muito a importância dos militares, não somente *criollos*, que ao longo das guerras fizeram da "carreira das armas" uma forma de ascensão social, dos quais Iturbide, Artigas, Páez, Santander, Belgrano e San Martín são alguns exemplos.

Nos grupos dominados, as transformações mais evidentes ocorreram em relação à escravidão africana. Mesmo onde a abolição não se constituiu numa pauta política, as manumissões de escravos para incorporá-los às tropas foi uma regra; se no Rio da Prata significavam uma perda mais ligada aos serviços domésticos, em regiões como a costa venezuelana ou do Peru representavam um grave comprometimento das economias de *plantations* baseadas nos artigos tropicais. Mesmo tendo havido os necessários cuidados para que não reaparecesse uma situação como a do Haiti, os escravos libertos para o serviço militar no Rio da Prata, no Peru, na Venezuela e em Nova Granada tiveram papel decisivo nas guerras de Independência, tendo a escravidão nesses lugares ficado seriamente comprometida.

A população indígena seria também alvo da mobilização nas guerras pela Independência. Índios "comuneros" ou aqueles marginalizados das complexas relações estabelecidas entre as comunidades e os exploradores coloniais teriam no acesso à terra, o grande mote para o envolvimento na luta: no México, no Alto Peru e no Paraguai, onde a mão-de-obra organizada a serviço dos *criollos* era o alicerce da economia colonial, a questão da servidão foi sustentação do programa "jacobino" de Francia e serviu para que as oligarquias altoperuanas e da Nova Espanha temessem a Independência se esta estivesse a serviço de programas como os de Casteli ou de Hidalgo e Morelos. Mesmo índios não submetidos ao trabalho compulsório tiveram seu papel, como os guaranis e charruas de Artigas, componentes de uma das mais denodadas cavalarias vistas no cenário platino.

No campo seriam importantes aqueles trabalhadores formalmente livres, mas presos a uma série de práticas de tipo pré-capitalista, que eram a base das propriedades pecuárias: os *gauchos* no Rio da Prata - de Salta até a Banda Oriental - e os "llaneros" da Venezuela se constituíram em forças armadas com obediência a seus próprios patrões agora tornados comandantes e fazendo das guerras de Independência a possibilidade de dirigirem seus próprios negócios, estendendo a noção de propriedade à amplitude máxima que compreendiam, qual seja a província (Chiaramonte, 1991, p.49). O caudilhismo, um dos traços mais marcantes conseqüentes ao período das guerras, teve como fundamento essa capacidade dos produtores mercantis em transformar seus peões em soldados, mercê de

longa trajetória de dominação das massas rurais, que faziam suas as demandas dos proprietários: Boves, Páez, Güemes, Artigas, Ramirez, entre tantos, foram caudilhos que se notabilizaram pela capacidade de mobilização de tropas irregulares formadas pelos seus empregados.

As mudanças nas atividades produtivas também variaram muito por todo o continente. Houve casos extremos, como no Haiti, em que nunca mais haveria recuperação econômica, apesar de ter sido a mais próspera das colônias; também as minas do Alto Peru foram totalmente desorganizadas pela guerra, se bem que já há algum tempo davam mostras de decadência. Pode-se afirmar genericamente que as *plantations* escravistas passaram por problemas muito graves, fundamentalmente pela requisição de cativos para os exércitos libertadores mesmo naqueles lugares onde a abolição não havia sido formalizada. A pecuária, com excessão da província de Buenos Aires que foi poupada pela guerra, sofreu graves prejuízos por servir invariavelmente para o abastecimento dos exércitos, seja para a alimentação ou fornecimento de animais de montaria e tração: a Banda Oriental, Cuyo, Salta, Nova Granada e os "llanos" da Venezuela levaram muitos anos para recuperar os estoques anteriores aos movimentos de Independência.

Muito significativa seria ainda a desarticulação dos nexos coloniais, em que os produtores mercantis tinham os seus produtos colocados à disposição dos comerciantes metropolitanos, que agiam ainda como financiadores destas atividades (Chiaramonte, 1991, p.33-5); as indepedências trouxeram o predomínio dos grupos exportadores, que se ligavam aos países industrializados e eram incapazes de criar mercados internos para os produtores não-exportadores. Como regra, houve uma falência generalizada do artesanato, como no México e no Rio da Prata, e uma tendência à ruralização nas regiões não articuladas ao mercado mundial: no Rio da Prata isso seria agravado pela monopolização dos direitos aduaneiros pelo porto de Buenos Aires, o que abrigou as demais províncias a viverem praticamente da economia de subsistência, além de condenar o Paraguai a um isolamento que quase atravessaria o século. Por outro lado, a "indústria de guerra", que em lugares como os Estados Unidos foi geradora de importantes setores econômicos, teve muito pouco significado na América Latina; ao contrário, as necessidades de suprimento para forças armadas conduziram a uma dependência em relação às potências industrializadas, jogando um papel nada desprezível no endividamento externo.

Ao final das lutas de Independência, boa parte das novas nações estavam muito comprometidas com os países fornecedores em função das dívidas assumidas para suatentar a guerra: Chile, Peru e a Grán Colombia alinhavam-se entre os principais devedores, tendo suas economias destroçadas e sem condições para cumprir seus compromissos, o que exigia feqüentes renovações dos seus empréstimos. Isso se refletiu algumas vezes em tentativas de ressarcimento por outros países latino-americanos, como foi o caso da Grán Colombia, cobrando do Peru o auxílio prestado para a Independência e do próprio Peru fazendo uma cobrança análoga da Bolívia.

O endividamento acentuou a descapitalização que já existia na maior parte dos países. Com efeito, procurando fugir dos confiscos e requisições, grande parte dos peninsulares e mesmo alguns *criollos* fugiram das colônias carregando consigo todo o dinheiro em metálico que fosse possível; a desmonetarização, que já era uma regra na América Latina, acentuou-se bastante em quase todas as regiões durante as guerras. Por outro lado, a entrada dos produtos industrializados que seguiu a abertura dos portos latino-americanos quase sempre representou uma acentuação nessa fuga de capitais, visto que a economia estava desorganizada e não permitia que os produtos exportáveis fossem usados para saldar uma balança comercial negativa; aqui também foi uma exceção o caso de Buenos Aires, que até a Guerra do Paraguai manteria um saldo favorável.

Além destes aspectos, caberia ressaltar o que foi a tônica do processo de Independência: a inexistência ou a extrema debilidade da burguesia na América Latina fez com que a direção do movimento recaísse quase sempre sobre membros da oligarquia, que trataram de salvaguardar seus interesses especialmente em relação às "classes perigosas", escravos e índios submetidos ao trabalho compulsório, pois a mobilização revolucionária poderia fazê-los lutar por plataformas muito além de uma mera emancipação. Isto ocorrera em algumas regiões na primeira fase da luta pela Independência, como no México e na Banda Oriental, trazendo de volta os fantasmas de Túpac Amaru e da revolução no Haiti. Mesmo não existindo homogeneidade nos setores oligárquicos, o que se refletiria no fracionamento do continente, houve um permanente cuidado com "los de abajo", e a penetração do capitalismo ócorreria de forma muito lenta, mantendo-se enquanto possível as relações de tipo pré-capitalista. É adequada, pois, a afirmação sintética que faz Manfred Kossok:

> El carácter incompleto de la revolución se expresa bajo el aspecto de la cuestión del poder por llevar a la direcc ión criolla latifundista de la revolución a poseer el monopolio del poder político, mientras que los elementos auténticamente capitalistas y burgueses salen de ella relativamente debilitados. Esto le permite a la oligarquía latifundista retirar medidas libera-